

BOLETIM

Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae
São Paulo - Setor de Publicações - Ano VI nº 24 - Fevereiro-Março de 1997

JORNADA INTERNA INTRODUÇÃO

Congresso Interno

Este é um texto a posteriori.

Ainda assim vale a pena relembrar nosso caminho, o da Comissão Coordenadora Geral.

Por um longo período estivemos conversando, trocando impressões e tentando "escutar" os movimentos do nosso Departamento. O resultado deste percurso foi a proposta encaminhada a todos na forma de um comitê para um encontro que teria início com um café da manhã, melhor forma que encontramos para de fato tentar um encontro.

Seguiríamos depois nas discussões em pequenos grupos, organizados tematicamente. Para lembrar, as questões que foram propostas se originaram, desde um levantamento que a Comissão Coordenadora Geral fez, de todas as assembleias que organizamos.

Os temas foram:

1 - Comissão de admissão

- a) importância da entrada não automática ao Departamento
- b) critérios de seleção para novos membros do Departamento
- c) critérios de composição da comissão
- d) vínculo com a Comissão Coordenadora Geral
- e) número de membros da comissão de admissão
- f) vigência do mandato

2 - Forma de Organização do Departamento

- a) atividades no setor x fora do setor e sua relação com o conjunto do Departamento
- b) Representações x circulação do poder
- c) Eventos
- d) Clínica do Departamento
- e) Atividade de pesquisa em Psicanálise

3 - Identidade do Departamento

- a) O que nos define enquanto Departamento?

Ficou? Uma posição política? A pertinência ao Sedes? Pluralidade? Alternatividade? Projeto coletivo?

- b) Maior vinculação dos membros aos setores que ao Departamento
- c) Afrouxamento da pertinência departamental e aumento da inserção no Sedes.
- d) Inserção do Departamento no movimento psicanalítico
- e) Liberalismo, globalização, consonância eitos no Departamento

Impressões

Pessoalmente gostei muito. Desde o clima descontraído, apesar dos pequenos contratempos que tivemos no começo, com o café da manhã.

Do primeiro tempo achei de fundamental importância a apresentação dos Setores. Pudemos nos dar conta das questões que tocam, neste momento, cada setor, de seu investimento, suas angústias. Muito bom!

Depois da distribuição ligeiramente conflituada nos grupos - o trabalho. Sem dúvida produzimos. Temos as provas, que seguirão este texto.

O que pontuaria como uma questão muito importante é o seguinte: um dos grupos propôs a velha idéia de formar uma comissão para trabalhar algumas questões e trazer posteriormente uma proposta. Acho que esta forma de organização já conhecemos onde vai dar. Sai a comissão - deixa para trás um grande grupo com expectativas, idéias, práticas, sugestões, etc. Quando volta a proposta, ela suscita tudo que ficou parado no pensamento e soma-se ao imaginário de cada um...

O que pensei em propor é de um lado, tentar garantir que possamos seguir trabalhando enquanto Departamento, em encontros como este que ti-

EDITORIAL

Neste número todos as pessoas convidadas a escrever se prontificaram a fazê-lo, mandando seus textos dentro do prazo. Por isso mesmo sua publicação será mais rápida.

Começamos retomando os últimos trabalhos do Departamento em dezembro de 96 relacionados com o Congresso Interno. Sínteses e reflexões estão aqui presentes. Temos certeza que serão úteis para o bom encaminhamento de nossas questões.

Houve um clima de oportuna confraternização que se, por um lado, refletiu nos textos aqui apresentados, por outro calhou a discussão de questões que apareceram nas últimas assembleias.

Como já vem acontecendo desde o ano passado, grupos têm-se formado fora da estrutura virgente de Setores. Como podemos ver, essa tendência continua. Por si só, o fato de haver pessoas no Departamento se reunindo para discutir Psicanálise é um bom indicador da sua vitalidade.

Esperamos que o funcionamento desses grupos não seja engessado com regras e contra-regras, com formalidades excessivas.

Neste ritmo, temos um bom começo para o ano de 97.

venhos, sustentando a angústia de NÃO termos um Departamento pronto imediatamente e de outro, buscar uma forma de legitimação (assembleias), do trabalho ser reconhecido!

RÚBIA NASCIMENTO

Café da Manhã

Nos dias que antecederam aquele sábado da jornada, eu me esforçava por lembrar em que pé haviam ficado nossas conversas, desde a última assembleia, em junho de '96.

Como seria possível - pensava eu - retomar, após tanto tempo, aquelas discussões que vinham se processando no departamento?

A idéia de começarmos aquele dia do começo, isto é, tomando nosso café da manhã juntos, parece ter contribuído para uma importante aproximação. E é sobre isso que eu quero falar aqui.

Não é só por uma questão de hábito que as pessoas tomam o café da manhã em suas casas e, geralmente, entre os seus; mas, principalmente, porque se trata de uma situação de muita intimidade.

Chegar para o café da manhã foi poder encontrar ali muitas das pessoas com as quais eu convivi, com as quais eu estudei ou, de algum modo, trabalhei durante todo aquele semestre. Portanto, foi para mim como chegar e me sentir em casa (dentro do departamento). Ou seja, em razão do reencontro naquela circunstância, pude resgatar algo da minha própria pertinência em relação àquele grupo.

E, no entanto, até o dia anterior, eu me sentia como se estivesse sendo convocada a participar de algo que estava distante de mim, algo que não dizia respeito ao meu dia-a-dia no departamento.

Diante dessa antítese - distanciamento/ aproximação - comecei a pensar a respeito do que é que se produz em situações instituídas (como as assembleias, por exemplo)

que as diferenciam tanto das situações vivenciadas no cotidiano do departamento. Que distanciamento é esse que se produz entre uma situação e outra?

Talvez, a partir de uma experiência pessoal, eu esteja tentando, aqui, nomear uma distância que, às vezes, se interpõe (ou que se interpunha?) entre a nossa prática institucional e o nosso departamento enquanto instituição. Ou seja, uma distância entre aquilo que a gente, em pequenos grupos, desenvolve dentro do departamento e o que acontece quando nós, como membros, nos encontramos no grande grupo para conversar sobre as questões do departamento. Uma distância que, nesta jornada, a intimidade do café da manhã conseguiu eliminar.

MÁRCIA OLIVA SOLÉRA

JORNADA INTERNA

APRESENTAÇÃO DE GRUPOS

Setor Grupo de Estudos

O Setor Grupo de Estudos tem como premissa de funcionamento a interlocução e desenvolvimento teórico e clínico, por considerar que a formação do analista é permanente e requer um trabalho constante de ampliação de conhecimento dentro do campo psicanalítico.

Sustentado por três princípios básicos: de espaço coletivo de elaboração, produção científica e transmissão do pensamento psicanalítico, o nosso funcionamento está assentado justamente como objetivo de cumprir com estes princípios e nos nortearmos com a ideologia de que todos têm o poder de circular pelos lugares de trabalho, e poder ser reconhecido pelos seus pares.

Instituímos assim a formação de subgrupos designados por Grupos de Retaguarda - que se organizam em função das tarefas, e se responsabilizam desde a caracterização e seleção dos grupos de alunos, até a elaboração e tematização dos programas dos cursos e permanecendo juntos enquanto aquele trabalho durar, para acompanhar o percurso do grupo e do coordenador, por entendimentos que esta é uma forma de mantermos a nossa formação numa via de mão dupla.

Mantemos também um espaço de organização coletiva, como uma possibilidade de processamento das questões mais amplas do setor.

A partir destes trabalhos, muitas questões nos foram e são levantadas, o que nos impõe a tarefa

de refletirmos sobre elas...

A primeira delas, é com relação à transferência que os grupos ou instituições que nos procuram manifestam pelo Instituto Sedes. Este reconhecimento como instituição séria, respeitável, lugar de pluralidade dos cursos de especialização, que fornece certificados, títulos. Lugar de autorização visível e demonstrável mesmo sem o aval do MEC.

Como sustentar a premissa de que não é o título que nos autoriza dentro de uma sociedade que valoriza os emblemas? Como defendê-la dentro de uma instituição de ensino?

Outra questão: o Sedes é plural. E o Departamento é plural? Dizemos que não nos identificamos com nenhuma linha teórica, na medida em que não controlamos as formações.

Respeitamos a elaboração de cada analista, única e singular, de todas as influências de seu percurso. Desta formulação se depreende que os membros do Setor, dependendo da configuração grupal em determinado momento, propõe temas, abordagens nos cursos "externos", de acordo com suas singularidades. É este acordo implícito que temos? É esse o processamento que damos à pluralidade quando em atividades em nome do Departamento? O que fazer com as solicitações de pertinência a este Departamento por parte dos grupos com quem trabalhamos? Não queremos

filiais? Seriam passíveis de parcerias? Há critérios específicos para isso?

Temos questionado em nosso trabalho com esses grupos a necessidade de filiação, estimulando a constituição de agrupamentos autônomos, geradores de seu próprio percurso, conforme suas necessidades formativas. Mas não será essa uma "falsidade", na medida em que nos encontramos sob o grande guarda-chuva Sedes, portadores de um sobrenome que nos fornece um reconhecimento no mínimo de confiabilidade?

Mais uma inquietação candente com a qual nos defrontamos é sobre a psicanálise hoje. A formação e a transmissão são atravessados pelos contextos históricos. Que respostas e desenvolvimentos temos produzido neste sentido no Departamento?

São questões do nosso cotidiano enquanto analistas, mas que ficam iluminadas por se apresentarem mais claramente nos centros urbanos menores. Estamos dispostos, enquanto Setor, a processar novas formulações, mas gostaríamos de ter, enquanto Departamento, essa possibilidade.

Membros do Setor Grupo de Estudos: Ana Lúcia Panachão, Clarissa Silbiger, Cleide Monteiro, Daisy Maria Ramos Lino, Maria Lúcia T. Benson, Marise Hortolozzi Bastos, Rubem Abel Trucco, Tânia Corrallo Hamoud, Tera Leopoldi, Yone Maria Rafaeli.

Setor Saúde Mental

Para contar como estamos, inicialmente uma breve localização...

São Paulo 1993-1996, gestão Maluf-Covas, desarticulação da rede de saúde pública, particularmente da rede de saúde mental no município e no Estado.

Ízabel Marazina, em seu texto "Perversão a Saúde" conta algumas consequências, de extrema gravidade, geradas pela implantação do PAS no município de S.P.

"Além das já conhecidas a destruição de toda uma política de saúde aprovada em nível nacional, a deterioração subsequente dos trabalhos e projetos já efetivados, a queda violenta na qualidade de atenção, existe algo tanto ou mais grave: a reafirmação da impunidade, da perversão do laço social, tanto refletidas nos efeitos sobre o quadro funcional da secretaria de saúde quanto na própria população alvo desta política.

A partir da análise de documentos variados (Conselhos profissionais, sindicatos, documentos oficiais, jornais) e do trabalho de supervisão clínico-institucional em vários equipamentos de saúde mental pude acompanhar a "pacificação" e os efeitos de reprodução.

Nas primeiras implantações - região de Pirituba - agosto de 95, viveu-se a ocupação de uma praça de guerra. De um dia para o outro - isto não é metafórico - os técnicos que não assinaram a opção pelo PAS acharam as portas de seus locais de trabalho fechadas, algumas com guardas municipais impedindo-os de entrar, inclusive para conversar com seus pacientes em tratamento. A coordenadora de um equipamento foi acusada pelo secretário da saúde de roubar as chaves do local de trabalho, em entrevista televisiva. Foram realizadas remoções apressadas, com caráter punitivo, de um extremo ao outro da cidade, em menos de 48hs. Houve técnicos - não poucos - que sofreram 3 remoções em três meses; a princípio, com indicação de local de trabalho. A medida que a implantação foi avançando, cada técnico "pode escolher onde ir". Tradução: uma verdadeira "caça ao leão", com resultados escandalosos: Técnicos de alta especialização em tratamento de psicóticos em unidades da secretaria de esportes, anestesista pediátrico assinando atestado para piscina, unidade com lotação para trinta funcionários acolhendo 120 e por aí vai. Algumas frases: "Jamais em todos os meus anos de prefeitura me senti tão vi-

olentado", "Isso deve ser o que se sentiu durante o nazismo", "Ir trabalhar hoje é como entrar num campo de concentração", "Estamos sozinhos, frágeis, à mercê do que eles decidem". Muitas pessoas deprimiram seriamente, outras passaram por episódios paranoicos. A preocupação pelos pacientes e a identificação com eles, psicóticos, chamava à percepção da queda brusca de referências simbólicas, a invasão de um imaginário de "impotencialização", que paralisava a maioria para ações possíveis de proteção e luta.

Mais, não era sabido que o PAS chegaria? Aqui há outro analisador importante: o fluxo de informação.

Ninguém sabia nada ao certo. As autoridades responsáveis não respondiam: não sabiam se o PAS se implantara, onde, quando. Até a opção pelo PAS era vaga. Quem assinou sabia que ao optar pelo PAS, não teria informações precisas sobre direitos e obrigações contratuais.

O que isso significa?

a) A absoluta verticalidade prática - por tanto a ausência de discussão fora das "cúpulas de decisão", inclusive a quem deveria executar a implantação, com enormes lacunas jurídicas, técnico-científicas, administrativas;

b) A preparação de um clima confusional favorável para que uma ação rápida e violenta obtivesse eficácia máxima.

O modo fascista de produção de subjetividade faz uso do "rigor exemplar" como forma de quebrar de resistências aos seus fins e de reforçar um imaginário regressivo de dependência de um poder absoluto, de inermidade frente a "eles" que tudo podem.

Acho desnecessário assinalar os efeitos disruptivos e perversos destas propostas que reatualizam modelos tradicionais em nossa formação social: o coronelismo, a escravidão.

Não foi possível achar nenhum dispositivo dentro desse circuito que abrisse uma discussão democrática. Passou-se por cima da Constituição, das conferências nacionais de saúde, dos conselhos de saúde, etc.

A tendência desta intervenção produz "assujeitamento" e fascínio. Desde uma feição de "todo-saber", demarca um dentro que tudo garante e um fora onde só há anemia e morte. Isto valeu tanto para os funcionários quanto para a população. Um cartão plastificado os colocou "dentro, iguais àqueles que pagam pelo convênio".

Por um passe de mágica, a exclusão social desaparece e por uma ilusão de fazer parte, paga-se qualquer preço.

Entendo que esta proposta perversa é uma posição que esta administração sustentava em todas suas áreas de ação.

Proposta que esvaçava os laços sociais e fortalece a manipulação e maltrato dos cidadãos como objeto de satisfação de interesses particulares. Mais precisamente, de um único interesse: o do próprio prefeito, irredutível em seu empenho de gozar ilimitadamente de uma cidade jogada aos seus pés. Cabe nos decidirmos se queremos permitir, porque, embora ele insista em recusar, este é um jogo democrático."

Isso do ponto de vista da prefeitura. Do ponto de vista do Estado, o governo Covas simplesmente desconhece os projetos em saúde mental e, por exemplo, não se posiciona em relação à continuidade ou não do convênio com o departamento existente desde 1983, de formação de trabalhadores em saúde mental.

Esse quadro lamentável da situação da rede pública estatal serve para começarmos uma análise dos efeitos em nós, setor de saúde mental e instituições do Departamento, dessas políticas de desarticulação da saúde.

Para começar, a saúde do setor vai mal. Apesar de grupalmente nos visualizarmos como pessoas capazes e implicadas, não temos conseguido enquanto grupo, sair da desarticulação.

Tentamos compreender. A primeira visita parecia-nos que sem pedidos de supervisão, cursos de formação perdíamos o rumo. O setor antes tão populoso, agora, encontrava-se com poucas pessoas. Era difícil ter projetos sem pedidos externos. A tarefa do setor parecia burocrática frente as discussões quentes que os trabalhos clínicos nos proporcionavam.

Entretanto, o que pudemos ir percebendo é que era difícil investir libidinalmente tarefas quando não compreendíamos qual o sentido delas nesse momento.

Era necessário avaliar a nossa prática até então: como pensar nossas estratégias políticas que se desenvolviam através dos cursos, supervisões, que tão facilmente podiam ser destruídas? Como podíamos pensar o sistema único de saúde, SUS, que agora aparecia como um projeto antiquado, falido, incapaz de produzir um contraponto ao tão moderno PAS? Com quem contávamos? A população apoiando o PAS, o Es-

tado indiretamente também, além de todo o discurso midiático sobre a necessidade da globalização e da liberalização da economia. Ter PAS é estar mais próximo do primeiro mundo, e de fato, muito mais distante da população.

Para nós, parecia que a paz dependia da distância ao setor. Como se essa distância pudesse nos proteger da violência da realidade que vivíamos. Nossa estratégia grupal foi a privatização do sofrimento e, portanto, a despotencialização.

No decorrer desses últimos tempos de desarticulação tivemos muitas idas e vin-

Grupo do Adendo

Nós, do "Grupo do Adendo", pensamos que este espaço criado, ao final de mais um ano de trabalho no Departamento, é um espaço propício para prestar contas ao coletivo, sobre o trabalho que desenvolvemos há um ano e meio e que tem por objetivo explicitar as políticas que têm norteadado cada Setor e a Comissão Coordenadora Geral.

Este trabalho de explicitação de políticas foi proposto por *Mania* e *Cleusa Pavan*, como um ADENDO A PROPOSTA VENCEDORA, na Assembleia de maio de 1995. Assembleia esta onde decidimos coletivamente a forma de gestão para nosso Departamento. *Cleide*, *Chu*, *Mania*, *Maria Lúcia* e eu nos candidataríamos e fomos eleitas, para esta tarefa e nós, desejosas de tornar público o que estaria implícito nos andamentos dos trabalhos do Departamento, encontramos inicialmente dificuldades para precisar a especificidade de nossa tarefa.

Nos nossos primeiros encontros, no segundo semestre do ano passado, quando *Chu* ainda fazia parte do Grupo, circulamos pela retomada do trabalho de História e Memória, que foi iniciado pelo Grupo Clínica há alguns anos atrás.

Escrever a História e Memória do nosso Departamento é, sem dúvida, um belo projeto, um projeto de fôlego, mas para o qual não fomos eleitas. Ter circulado pela História e Memória nos fala, por um lado, de retomar um extenso material coletado que traz em seu bojo as políticas em andamento ao longo da história do Departamento e, por outro, nos fala da dificuldade, que consideramos ser dificuldade para qualquer membro do Departamento, de tornar explícito o que está implícito, o que está silenciado, o que está na contramão do discurso manifesto.

Pensamos que este nosso trabalho se faz

das. Passamos por uma experiência de supervisão institucional, o curso de psicose, apesar das dificuldades se manteve, fizemos um encontro com os trabalhadores de saúde mental e nos angustiámos muito com as muitas reuniões nas quais não conseguíamos nos encontrar.

Parecia que com menos reuniões ficaríamos mais felizes, descansados, como se pudessemos sozinhos descansar disso...

Nesse momento, coletivizar a experiência desse último ano, é tentar, no departamento, retecer os laços dessa história e colocar em análise a função do setor de saúde

possível agora no Departamento, porque nas últimas Assembleias, Congressos Internos, trabalho dos Setores e extra Setores, há linhas de força que vêm sendo nomeadas e explicitadas.

Tendo um pouco mais claro qual era a nossa tarefa, formulamos uma metodologia de trabalho, que exporemos a seguir.

1ª Nossa primeira etapa de trabalho consistiu em ler materiais publicados no Departamento, escolhemos: Editoriais da Percursos; materiais preparatórios para Jornadas, Congressos e Assembleias; e os Boletins.

O nosso objetivo, nessa etapa, era afinar a nossa ferramenta de trabalho; nossa escuta, para a próxima etapa que seriam as entrevistas com Setores e Comissão Coordenadora Geral.

A partir das leituras que fizemos, o que podemos pinçar e sablinhar para o coletivo do Departamento neste momento, é que existe muito material escrito, muita coisa dita, explicitada, mas nos parece que, nós, membros do Departamento, não nos satisfazemos com o que está publicado, sempre se busca um a mais, que parece nunca ser dito, ao qual nunca conseguimos ter acesso. Do que é que se trata esse a mais? Esse não dito? Esse não sabido? Parece nos que se trata dos bastidores daquela produção escrita.

Ao lermos os Editoriais da Percursos; traçamos ligações com os movimentos do Departamento na época; ao tratarmos do material de Congressos, Jornadas, Assembleias; recuperamos os efeitos no Departamento, das discussões a partir dos trabalhos apresentados; ao tratarmos dos Boletins: nos demos conta que a história de vários Setores e Grupos de Trabalho está **ali registrada**, concluímos que se **pensa que**

mental e instituições.

Gostaríamos de poder contar com este coletivo, para discutirmos as instituições públicas e seus trabalhos com a saúde mental. Neste momento de retração do estado, qual a função do setor? E qual é a importância de um setor de saúde mental no departamento? Que política o departamento gostaria de ver implementada pelo setor?

Por fim com o nosso último fôlego, tivemos algumas idéias para o próximo ano que poderemos contar melhor nas nossas discussões.

não se sabe e isto não acontece por falta de registro, nem por falta de informação.

Então do que se trata?

Levantamos a hipótese de que os membros do Departamento querem receber a informação na base da comunicação coloquial, da comunicação intimista, da notícia com os bastidores da notícia. *O quente* não é a informação, o *quente* são os bastidores da informação, as linhas de força que operaram para processar questões.

2ª A segunda etapa do nosso trabalho consistiu em montar um roteiro de entrevista para irmos aos Setores e Comissão Coordenadora Geral.

Combecendo algumas linhas de força do Departamento, a partir das leituras feitas, dos percursos de cada uma de nós no Departamento, dos lugares institucionais que aqui ocupamos, nos dedicamos a formular um roteiro de questões que tem como bastidores:

- buscar tornar evidente o funcionamento dos Setores, seus parâmetros, suas escolhas políticas, sua forma de gestão;
- pinçar de que forma circula o pagamento nos Setores e no Departamento;
- buscar tornar evidente os movimentos dos Setores para dentro e para fora do Departamento;
- pinçar de que forma o poder está operando e está distribuído na Comissão Coordenadora Geral, nos Setores, entre os Setores.

O fato de pertencermos a esta Instituição, que queremos e temos como tarefa revelar, através de uma fotografia de seus Setores e Comissão Coordenadora Geral, nos tem trazido problemas, questões, vicissitudes. Por vezes, é difícil tomar a distância necessária para fazer a revelação do material fotografado, somos afetados pelo

conhecimento que vamos construindo.

3^o A terceira etapa do trabalho consistiu nas entrevistas, a ida aos Setores e à Comissão Coordenadora Geral.

Tomamos vários cuidados para podermos desempenhar esta tarefa da melhor forma possível. Ao montarmos as duplas de entrevistadores, decidimos que o entrevistador não poderia pertencer ao Setor entrevistado, para que se tivesse o distanciamento necessário e que nenhuma de nós participaria como entrevistada em seu Setor de pertença, pois isto poderia enviesar as respostas do Setor.

Outro cuidado que tomamos, foi o de trabalharmos as transferências com cada Setor entrevistado e de preparar conjuntamente a entrevista a ser feita. Decidimos gravar as entrevistas e transcrevê-las.

Ao voltarmos das entrevistas, as apresentávamos e discutíamos com a dupla que ficaria de fora.

O material destas entrevistas é bastante rico e interessante, temos o compromisso

de processá-lo e enviá-lo a cada Setor antes de divulgá-lo.

Nesta etapa do trabalho, tropeçamos em certas dificuldades técnicas: o gravador usado era precário, as transcrições foram feitas em um programa de computador um tanto rudimentar, o trabalho de recuperação da transmissão, que foi feito por profissional contratado, chegou a ocupar 10 horas para ser corrigido e se recuperar a entrevista de um Setor. Pensamos que nestas dificuldades técnicas, atuamos algo do Departamento, não temos claro ainda o que possa ser.

4^o A etapa atual consiste em processarmos as transcrições das entrevistas.

Isto já foi feito com Boletim e Curso; iniciamos Grupo de Estudo; falta processar: Comissão Coordenadora Geral, Percurso e Saúde Mental e Instituições. Quanto ao Grupo Clínica, a entrevista, por falta do gravador, não foi gravada e precisamos agendar nova entrevista com o Grupo.

Cumprimos esta etapa ao enviarmos

aos Setores o resultado do processamento feito.

5^o A quinta etapa consiste em elaborarmos um texto-fotografia do Departamento e escolhemos a forma de compartilhá-lo com o coletivo do Departamento.

Esperamos conseguir concluir o trabalho junto com o final desta gestão do Departamento, em maio de 1997.

Bem, terminamos por aqui a nossa comunicação e esperamos ter transmitido a vocês o que temos trabalhado. Obrigado.

O Grupo do Alendo é composto por:

Cleide Monteiro

Mania Dewcik

Maria Antonieta Whately

Maria Lucia Calderoni

Regina Célia Cavalcante (Cha) se afastou, por questões pessoais, no início do trabalho antes da 1^a etapa acima descrita.

MARIA ANTONIETA WHATELY

JORNADA INTERNA

TRABALHOS DESENVOLVIDOS

Formas de Organização - Síntese

Esse texto tem como objetivo participar em síntese os temas abordados pelo grupo que se reuniu para conversar sobre formas de organização. Embora o tempo para conversa tenha sido considerado curto - algumas pessoas lamentaram o fato de não poderem desenvolver mais longamente alguns temas - o resultado nos pareceu interessante. O trabalho se desenvolveu basicamente em torno de dois eixos: o primeiro uma avaliação de como o Departamento tem funcionado e o segundo sugestões para que funcione melhor, levando em conta essa avaliação.

Num primeiro momento enfatizou-se a importância de recuperar a lembrança do trabalho já feito durante todos esses anos. Temos entre nós o lamentável hábito de supor termos que começar sempre do zero. É preciso considerar o que já foi feito, o que está funcionando, o que está encaminhado e se processando. Portanto, considerar também o que está dando certo.

No que diz respeito a forma de gestão do Departamento alguns ponderam que sendo uma forma já testada e experimentada de funcionamento deve ser mantida; há vá-

rias sugestões para melhorá-la. Não há necessidade de ir se criando novos setores, ditado pelo aparecimento de outras atividades; o próprio setor deve ter plasticidade suficiente para conter projetos de pesquisa, eventos, grupos de estudo, que não estavam previstos inicialmente como seu objeto de trabalho; partes de um ou mais setores podem se reunir para desenvolver uma atividade.

Em relação a eventos, foi sugerido que a plasticidade da organização do Departamento não exige necessariamente a criação de um setor para que eles aconteçam. Membros ou setores podem se reunir para propor eventos. Há algumas ressalvas no sentido de que politicamente eventos é um tema delicado e deve ser melhor digerido. Observa-se que o conteúdo deve vir antes da formalidade; isto é, começa se realizando, colocando um projeto em prática, depois de acordo com a necessidade, cria-se um novo setor ou qualquer outro dispositivo.

Quanto à divisão, reclamada em assembléia, de Percurso e Boletim em setores diferentes, fez-se a sugestão de que sejam mantidos num único setor, uma vez que não

têm havido problemas na prática. Resta apenas pensar na representação de ambos na Comissão Coordenadora. De Percurso, especificamente, reclama-se sua maior ligação política com o Departamento. Do Boletim, a pequena frequência de edições durante o ano; propõe-se maior número, mesmo que sejam edições menores.

Quanto à Clínica a sugestão é que se considere o já feito e o que funcionou.

O esvaziamento do Departamento foi objeto de várias ponderações; enfatizou-se a necessidade da criação de novos projetos de trabalho, por exemplo, espaço para pesquisa (diferente do modelo acadêmico). Insistiu-se na idéia de que não há nenhum fechamento de saber e poder no Departamento, embora muitos usem esse argumento para explicar o desinteresse dos membros; não há, enfatizam, impedimento algum para a criação de trabalhos e espaços novos. Responsabilizou-se o esvaziamento também pelo modo como se dá a relação do Departamento com os alunos do curso. A relação deve ser mais investida. Uma das sugestões é fazer uma apresentação por escrito, dando informações sobre a organiza-

ção do Departamento e sua inserção no Instituto Sedes. O representante de cada setor deve ser conhecido pelos alunos via uma apresentação do seu trabalho. Sugeriu-se inclusive uma "comissão de recepção" que teria como objetivo ouvir as propostas de trabalho e ajudar o membro a viabilizá-lo; essa função poderia ser reservada às pessoas que já estão há mais tempo no Departamento, que supostamente o conheçam bem. A Comissão Coordenadora Geral já havia decidido em 1996 convidar os alunos que terminaram o curso e falar sobre o Departamento. Voltando à questão da fa-

miliaridade com o Departamento, um dos primeiros temas da atual gestão da CCG em 95 foi justamente a pouca familiaridade que alguns puderam confessar com seus diferentes grupos e atividades. Mas afinal, como ele é, nos perguntávamos, como ele é no conjunto?

A entrada no Departamento leva ao tema do funcionamento dos setores: que autonomia devem ter, como facilitar a inclusão de novos membros, quais são os critérios de entrada, por que os setores não mantêm atividades conjuntas, a relação dos grupos que desenvolvem atividades

fora do Departamento com a CCG, sua integração e interlocução intra-departamental. Algumas pessoas pediram esclarecimentos quanto à forma como vai se delegando a representação aos setores para desenvolver atividades fora.

Não podemos deixar de lembrar que há um assunto pendente da maior importância: os critérios de admissão ao Departamento. Acreditamos que no momento em que essa pendência se resolver, teremos novos e interessantes problemas.

EVA WONGTCHOWSKI

Formas de Organização - Perdendo Cabeças

Há algum tempo venho observando um número cada vez maior de pessoas buscando pós-graduação: mestrado, principalmente. Muitas vezes, logo após terem se formado ou terem terminado uma formação como a que oferece o Curso de Psicanálise. A princípio, achei um pouco estranho, pois à época em que me formei, mestrado e doutorado, na maioria dos casos, eram coisas que diziam respeito à carreira acadêmica. Representavam (ou supostamente deveriam representar) momentos de síntese na cadeia de produção intelectual de um profissional, e que poderiam vir a se converter em uma tese.

No entanto, as coisas mudaram. Para se sustentar na Universidade é preciso titulação; o que acaba por funcionar como uma avaliação "quantitativa" do saber, sem se levar em conta, muitas vezes, a atuação do profissional enquanto professor, ou mesmo através de publicações de boa qualidade. É óbvio também que a titulação tem peso quando se disputa um lugar em qualquer concurso ou seleção. Há porém um efeito, que a meu ver, é bem pouco saudável: a proliferação de teses "burocráticas", de nível questionável, ou que não têm um sentido de continuidade. Em outras palavras,

uma certa banalização do mestrado e doutorado.

Com certeza é cômodo criticar quando se vive da atividade de consultório e tal titulação não traz necessariamente benefício direto. A não ser pelo fato de que um pós-graduação venha a possibilitar - e de fato possibilita - o desenvolvimento e aprofundamento de idéias, de produção intelectual. É aqui que gostaria de me deter.

Pergunto-me se muitos de nossos colegas que partem para pós-graduação quer seja na PUC, USP, Unicamp, etc., não estariam buscando aí esta continuidade ou espaço de interlocução, de avanço e desenvolvimento da produção intelectual pessoal, que resulte em crescimento. É preciso não esquecer que o Curso oferece apenas (como se fosse pouco!) as ferramentas básicas para que se possa seguir adiante. Porém, a meu ver, o que este fenômeno nos está mostrando é que falta ao Departamento um espaço que possibilite este prosseguimento após o curso. Um espaço onde as pessoas pudessem procurar, ser acolhidas e orientadas em suas indagações, onde pudessem não só produzir como trocar. Enfim, um espaço de produção, investigação,

pesquisa. Afinal, temos material humano, profissionais altamente gabaritados, que podem dar conta do trabalho de orientação.

Gostaria que os colegas considerassem esta idéia pois, a meu ver, seria uma das saídas possíveis para o impasse e a evasão de cabeças pensantes que hoje assistimos no Departamento: pois quem sai, dificilmente retorna. Não nos esqueçamos que o que oxigena e traz sangue novo a qualquer instituição é a produção intelectual. Apesar de contarmos atualmente com Percorso, Grupo de Estudos, Eventos, etc. isto ainda não dá conta do acompanhamento e desenvolvimento de projetos individuais. E isto vale tanto para ex-alunos quanto para alunos, pois que possibilitaria a circulação, o necessário movimento dialético curso-extra-curso, que é, não apenas altamente saudável, quanto indispensável.

Em resumo, preocupa-me o fato de estarmos perdendo elementos preciosos por não estarmos oferecendo condições para que possam crescer e se expandir, o que só traria benefícios para o Departamento como um todo. Cuidemos para não continuar perdendo cabeças...

LILIAN QUINTÃO

Identidade - Síntese

Falar de nossa identidade pressupõe falar de nossa história. História de nossa inserção enquanto Departamento no Instituto Sedes Sapientiae. Assim foi que iniciamos a nossa discussão sobre essa questão no Departamento de Psicanálise.

Atualmente, aponta-se para um afrioxamento da pertinência de alguns membros com o Departamento, mas em contrapartida

temos o fortalecimento da pertinência ao Instituto Sedes Sapientiae, pela via clínica, já que vários membros do nosso Departamento trazem os efeitos dessa relação.

Discute-se que esta relação não poderia ser entendida pela lógica da exclusão, mas sim como uma possibilidade de retomada da intersecção com o Instituto, justamente para garantir a identidade enquanto

pluralidade e concepção político-social, que sustentava nosso vínculo inicial a este Instituto.

A discussão se torna mais acalorada quando se toca nos impasses sobre o pensar de nosso "fazer" psicanalítico. São apresentadas duas formas de organizações: uma seria esta a que estamos já acostumados, ou seja, o Departamento organizado em

setores, onde as articulações são apontadas como espaços cristalizados, portanto suscetíveis de serem sustentados como espaços paranóicos; e um outro que seria o de não setores, apontados como espaços permeáveis, que podem sustentar momentos do acontecimento cotidiano. Mas também é possível identificar que nossos desejos apontam justamente na possibilidade de sustentarmos espaços de troca criativos

Identidade - "Capelinha"

Pensando em um dos temas que reuniu em novembro último um número expressivo de membros do Departamento, provocando inclusive, a divisão em dois grupos de trabalho, surgem algumas questões que gostaria de apontar aqui.

O tema em foco - Identidade do Departamento de Psicanálise -, parece ser alvo da preocupação e do interesse de vários segmentos representados nos grupos acima.

No início da discussão, a frase dita por um colega - "...a sociedade de psicanálise é uma 'igreja' cheia de dogmatismos, queríamos ser diferentes..."

Não evitei a associação que se seguiu... "nos tornamos, então, uma capelinha".

O que impulsionou minha fala foi antes a idéia de uma certa repetição do que um olhar de desvalor, pejorativo.

O que repetimos, então? As supostamente viciadas relações de poder? Mais que isso, o desejo pelo poder manifesto na necessidade da delimitação do inserir/excluir, da legitimação de um "lugar de analista" dado por um outro, muitas vezes idealizado/poderoso?

A discussão caminha e pensamos na identidade contextualizada no espaço do Instituto. Cabe lembrar, entre outros pontos dessa história que se constrói há perto de 12 anos, que estamos inseridos numa instituição de raiz religiosa, portanto fruto de dogmatismos, dos quais imaginamos ou

Identidade - Tema Maior

No último encontro do departamento, em dezembro/96, participei das discussões de um dos sub-grupos, cujo tema era identidade, ou seja, as marcas que nos definiam enquanto departamento de psicanálise.

A escolha por mim desse sub-grupo se deu, porque os outros pontos a serem debatidos na ocasião, como a organização do departamento, a forma e critérios de admis-

e não paranóicos, que possam ser férteis ao Departamento, muito mais na somatória do que na exclusão. E teremos que nos reportar ainda a questões para além dos desejos de cada um, pois existem atravessamentos institucionais que permeiam nossas trajetórias.

Foi ainda apontada a metáfora de um guarda-chuva, onde podemos dizer que sabemos que estamos todos debaixo dele, mas

desejaríamos estar isentos.

Fazemos parte de um lugar que congrega múltiplas diversidades, desde ONG's de movimentos político-sociais, passando pelos departamentos (com suas atividades internas e externas), pelos cursos (de várias linhas e abordagens teóricas, além de propostas institucionais no campo psico-social) chegando até a clínica psicológica que vem passando por reformulações nos últimos anos.

Na clínica, uma peculiaridade que entendo inerente aos princípios do Instituto, a saber, a construção de um projeto em que se privilegia o encontro de diferentes num trabalho clínico pensado e realizado por profissionais de várias áreas e abordagens, com uma clientela, hoje, também heterogênea.

Voltando à questão formulada, já com maior complexidade, passemos a nos perguntar se podemos/queremos nos identificar com o Instituto em sua proposta de uma clínica tão pouco ortodoxa.

Uma resposta possível é que sim, experiência de vários membros do Departamento que estão intensamente envolvidos nesta tarefa repleta de dificuldades e riquezas ainda maiores. O que chama à atenção, apontado em nossa discussão, é que a inserção no Instituto através da clínica não corresponde necessariamente a uma inserção nas atividades do Departamento... se-

são dos membros, etc... me pareciam secundárias a este tema maior.

Quando procurei a formação em psicanálise no curso do Sesdes, cheguei com uma transferência em relação a instituição: me agradava ser este um espaço que se propunha, tendo como ponto de partida a leitura dos textos freudianos, a transmitir a psicanálise de forma não dogmática, aonde co-

parece-nos que a questão maior, do por que queremos permanecer sob ele, é em alguns momentos tocada, mas não esgotada enquanto resposta.

YONE MARIA RAFAELI

GRUPO DE IDENTIDADE; alguns participantes: Regina, Rúbia, Heidy, Cristina Ocaris, Cida Aídar, Marise, Paula, Arthur, Renata, Pituca, etc ...

ria possível um elo de ligação? Os profissionais, neste caso estariam mais identificados com o Instituto, perdendo, assim, a identidade com o Departamento? Ou é possível identificar af uma faceta do Departamento e sua forma de encontro (algo sintomática) com os ideais do Instituto?

Talvez, o que permita este encontro seja o cuidado com os lugares um tanto idealizados e de suposto saber/poder em que muitas vezes o psicanalista é colocado ou sedutoramente se coloca frente a outras propostas de pensamento e trabalho.

Outra pergunta que me ocorre é quanto à instalação de fato de um setor clínica do Departamento - que justamente esbarra hoje no que entendo como uma possibilidade, qual seja, o cruzamento com o Instituto na "clínica de todos", deixando de fazer sentido uma clínica psicanalítica por excelência.

Remeto-me à fala pontual do colega no começo do texto, para trazer um trecho de Deleuze no livro de Garcia Roza ("Acaso e Repetição em Psicanálise"): "...trata-se de fazer da repetição, como tal, uma novidade, quer dizer, uma liberdade e uma tarefa da liberdade".

Resta buscar a identidade que nos cabe na condição de sujeitos "em falta", nem portadores de verdades indiscutíveis, nem entregues ao anarquismo das pulsões.

REGINA GUISE DE ALMEIDA

nhocimento e poder não se confundissem, valorizando mais as trocas, a circulação e o processamento contínuo e singular entre teoria e prática que cada sujeito pudesse operar, em detrimento de um acúmulo estéril do saber, num estilo enciclopédico ou até mesmo acadêmico.

Neste ponto, me parece, reside o maior rigor desta instituição, naquilo aonde cada

sujeito é chamado a comprometer-se com o próprio discurso.

Nos primeiros anos do curso, contudo, tinha a impressão de serem tão diferentes os professores e também os alunos, que ficava em dúvida se o departamento, ao qual pertencia o curso, era um mero aglomerado de pessoas ou se era possível extrair de tal agrupamento alguma unidade, que não fosse uma mera afirmação pela negatividade, enquanto instituição contraposta a sociedade de psicanálise.

Durante o segundo ano pude vivenciar uma tentativa de aproximação com o departamento: junto com colegas de turma propusemos a criação de um setor de recepção e triagem para encaminhamentos de pacientes a alunos ou membros que se propusessem ao atendimento clínico fora da instituição por preços mais acessíveis em relação aos valores de mercado.

Tal projeto esbarrou com o antigo setor clínico, como se ambos concorressem ou se incompatibilizassem nas suas propostas.

Sem entrar no mérito dos questionamentos levantados na ocasião, alguns bastante pertinentes, o departamento fazia um convite a participação mas suas portas não pareciam tão abertas assim.

Por outro lado, fomos bem acolhidos em nosso intuito de compreensão do funcionamento e da história do departamento e de sua vinculação com o Sedes para melhor elaboração de tal projeto: fizemos algumas entrevistas com membros antigos e obtivemos seus depoimentos, tivemos contato com alguns textos da época da implantação do departamento, com o seu regulamento interno, e também com os estatutos da associação mantenedora do Instituto Sedes Sapientiae, sua estrutura de funcionamento e princípios, o que foi muito enriquecedor.

Me chamou a atenção, então, que a transmissão da história se desse por essa via oral ou através de textos e documentos, sem dúvida, fiéis aos desdobramentos institucionais, porém esparsos e sedentos de uma melhor organização e releitura... não existia, enfim, nenhum registro mais sistemático comprometido com a memória do curso e do departamento.

Por motivos pessoais tranquei o curso por dois anos mas acompanhei as discussões institucionais dessa época pelo boletim.

Algumas queixas começavam a tomar maior corpo como o sentimento de não re-

conhecimento e pertinência vivida por muitos dos membros, os problemas de integração e isolamento entre os setores, o surgimento indesejado de lugares de poder cristalizados, entendido por alguns como consequência da inexistência de critérios mais explícitos no que tange a entrada e participação na vida do departamento, cujo objetivo, afinal, era o da formação contínua em psicanálise.

A idéia final era de uma instituição podendo explicitar e processar suas contradições dentro do coletivo e o curioso era que, apesar das inúmeras queixas, o departamento parecia crescer e se fortalecer cada vez mais nas suas produções.

Retorno ao curso em 1993, período do congresso interno, aonde acreditava-se poder melhor elaborar esses atravessamentos institucionais.

Mais um sentimento de exclusão: a formação em psicanálise era o alvo do debate do congresso interno e os alunos do setor curso do Departamento não poderiam participar do mesmo, a menos que fossem membros.

Além do consultório, sempre atuei em diferentes instituições públicas e privadas a nível de saúde mental e a idéia da construção de um trabalho no coletivo sempre marcou meu percurso profissional. Estava interessada em acompanhar o desdobramento daquelas discussões e poder opinar sobre a vida do departamento. Foi assim que me tornei membro do departamento no decorrer desse ano.

A participação do aluno no setor curso, a qual poderia, por si só, ser um início de pertinência ao departamento, não foi vista assim pelo coletivo. Este é um ponto já discutido, cuja discordância consigo hoje, formular melhor.

A única forma de aproximação com o departamento se traduz no pedido de engajamento ao mesmo... como se este fosse uma casa sem sala de visitas.

É difícil entender como o setor curso pode fazer parte do departamento e compartilhar dos mesmos princípios e nem todos os participantes desse setor fazerem parte do departamento.

O departamento originou-se do setor curso e englobou o posteriormente como uma necessidade de consolidar melhor os princípios contidos no próprio curso. É dentro dessa linha de raciocínio que entendo ser a transferência estabelecida pelo aluno com o curso, em parte, transferência com

o Departamento.

Quem sabe o término do curso pelo aluno pudesse ser seguido de uma passagem com a apresentação de sua monografia, aonde o pedido de pertinência fosse uma reafirmação da sua transferência com o departamento.

O não reconhecimento do aluno como membro pelo departamento, o coloca numa situação de desnível não vinculado aos lugares/funções distintos que ocupam professores e alunos, mas vinculado ao poder intrínseco da pertinência.

O setor curso tem uma relativa independência em relação ao departamento e isto é salutar mas, muitas das suas questões exigem uma discussão maior no coletivo do departamento e é nesse momento que grande parte dos alunos acabam sendo excluídos desses processamentos. O que poderia ser um início de atividade na vida institucional não é reconhecido a priori.

Não acredito que o simples pedido de pertinência, mesmo que seja através de um memorial, seja garantia de engajamento. O discurso oficial valorizava a participação mas não criava mecanismos institucionais que facilitassem a mesma e é curioso que as iniciativas de ocupação dos espaços fossem sempre acompanhadas de grandes esforços. Não se trata de cultivar uma atitude paternalista, mas possibilitar espaços institucionais de maior holding.

Esse movimento contraditório de resistência a penetração do novo e isolamento dos setores no departamento, quem sabe fosse o reflexo da fragilidade identitária de uma instituição ainda nova.

Sendo assim, entremos um pouco mais naquilo que gostaria de enfatizar.

Desde o congresso interno vejo uma série de questões serem levantadas, posições e propostas explicitadas, logo em seguida, novos questionamentos, mudanças de posições... a necessidade de maior elaboração e novas propostas... como pano de fundo, a queixa constante do departamento em adiar as decisões e normalmente quando estas ocorriam era sob o efeito de grande pressão.

Inicialmente cheguei à instituição com um transferência positiva e aos poucos fui percebendo estas ambivalências e contradições.

Me perguntava, às vezes, se o que estava sendo instituído dentro do departamento não era uma horda sem pai, apoiada no discurso de uma associação de analistas que

nao se propunham a autorização dos seus membros, aonde o reconhecimento se fazia entre os pares e não existia nem mesmo uma filiação teórica.

A questão levantada sobre o risco do reconhecimento entre pares poder ser um processo meramente narcísico e sobre a necessidade de se poder diferenciar autoritarismo de autoridade: sendo papel de uma instituição de formação de analistas fornecer suas referências de autorização para que se pudesse criar canais de reconhecimento mais transparentes e mediatizados por projetos, acabou por influenciar-me.

Por algum tempo considerei ser necessário ao departamento estruturar-se melhor nos aspectos formais, assumindo até mesmo a função de autorização, portanto que fosse democraticamente estabelecidos critérios de passagem.

Havia o receio, entretanto, de que estas formalizações pudessem resultar em burocratização e cristalizações da vida institucional.

Observava também ser difícil para o conjunto do departamento se posicionar de um lado ou de outro, a sensação era a de um terreno escorregadio, contendo riscos dos dois lados.

Porém a experiência de término do meu curso em 95, junto com a leitura da proposta da comissão de pertinência e a observação da condução do grupo de trabalho em 96, puderam aplacar um pouco dessas dúvidas.

O término do curso reatualizou para mim algumas questões relativas a formação, ainda que saibamos ser a formação um processo contínuo, muitas vezes, acabamos por esperar do outro o reconhecimento por aquilo que fazemos e curiosamente, ainda que um outro valide nosso trabalho, isto não é o suficiente para aplacar o questionamento feito por cada um a respeito da própria prática.

Tem um movimento que é o do auto-reconhecimento e este, sim, é a verdadeira autorização, a qual implica na queda de alguns ideais. Este é um processo solitário e singular para cada analista, o qual remonta a sua história pessoal e os desdobramentos que pode fazer dela na sua análise pessoal e na relação com o seu ofício, na sua clínica com o paciente.

Sustentar esse lugar na sua radicalidade de eterno aprendiz, é sem dúvida um arte. Quem está totalmente vacinado contra os

entredamentos narcísicos?

Quem eu sou enquanto analista? Qual é essa instituição a qual eu pertencço?

A busca de identidade pode virar um meu emblema, se não for compreendida dentro dos seus limites, correndo-se o risco de nos aprisionarmos nas suas marcas.

A filiação, a meu ver, é um suporte que nos dá um lugar, fala da nossa origem, possibilita reconhecimentos importantes, mas não esgota aonde podemos chegar.

Qual o departamento ao qual queremos pertencer?

Por ocasião da leitura da proposta da comissão de pertinência, fui me distanciando cada vez mais da idéia da necessidade de uma maior formalização no departamento.

Foi respeito o difícil trabalho que a comissão desenvolveu e percebo ser este resultado de uma coleta de informações junto ao Departamento, não refletindo como um todo o pensamento dos componentes desta comissão isoladamente, contudo tal proposta foi de encontro ao temor que eu antes assinalara: da idéia de formalizar-se a entrada no departamento, chegou-se rapidamente a uma organização muito hierarquizada.

Não consigo entender que alguém possa sentir-se reconhecido por pertencer a categoria de membro aspirante, efetivo ou fundador. O termo aspirante, inclusive, está ligado ao vocabulário militar. As diferenças existem no departamento e elas não são três, são em torno de cento e sessenta diferenças... Qual a função de se dividir aquilo que as pessoas podem ou não fazer em três categorias?

Contudo, o aspecto mais delicado desta proposta, sem dúvida, é a de membro fundador. De novo um sentimento de usurpação do lugar paterno. O departamento originou-se do curso e sua história, remete a essa pré-história. A proposição da categoria de membro fundador para aqueles que implantaram o departamento sugere uma marcação do tipo auto-embemática. Não seria isto um sintoma ligado a necessidade do departamento poder diferenciar-se do curso, e com isso, sem querer, acabar por negar a própria origem?

O setor curso é o único aonde se propõe essa vinculação curiosa de poder conter integrantes sem pertinência ao departamento, possivelmente desdobramentos desse sintoma. A força desse discurso, provavelmente, estaria a serviço da busca de in-

dependência desse pólo originário.

Assim, essa condição originária não estaria sendo negada abertamente, mas através desses sutis atravessamentos.

É nesse sentido que, o projeto história e memória já sugerido por muitos, seria uma forma de resgatar e afirmar as marcas que definem essa instituição e processar melhor esse momento de fragilidade identitária.

Falar da origem não para cristalizar-se nela, mas para saber coletivamente da onde se parte e, também, poder, ao reconhecer aqueles que sustentaram essa fundação, reconhecer-se mutuamente numa homenagem e agradecimento.

Quem foram os que sustentaram essa fundação?

É possível falar do departamento na sua origem, sem falar do curso?

O Instituto Sedes, representado pela madre Cristina, acolheu o grupo argentino, bem como, os dissidentes da sociedade de psicanálise e Regina Chmaderman teve um papel de liderança importante.

Os princípios que regem a instituição estão intimamente vinculados a essa pré-história. Compreender a chegada dos psicanalistas argentinos e sua relação com o movimento psicanalítico em seu país, os enfrentamentos com a Sociedade de Psicanálise de São Paulo, a Instituição Sedes Sapientiae e seu comprometimento social e político com a transformação da realidade brasileira, etc. contribui na explicitação dessas marcas constitutivas e seus efeitos sobre o departamento.

A meu ver, é este movimento de releitura o que possibilitaria a percepção, discriminação e construção da rede identitária que nos liga, como diz Renata Cromberg.

Empresto dela este termo, "rede", porque, após a experiência de treze anos de trabalho institucional, não acredito mais na construção de uma versão única que se denomine oficial sobre os fatos relativos a uma convivência institucional, e sim no entrecruzamento das diferentes leituras que os membros de um grupo possam fazer sobre os acontecimentos que marcam a sua história.

As formalizações excessivas, as versões oficiais da história, os extratos organizacionais, as categorizações emblemáticas, etc., dentro de uma instituição me parecem dispositivos de controle sobre a percepção de suas injunções.

As heranças, as boas e as más, são trans-

mítidas e elas não são garantia de harmonia, são apenas suportes para que processemos a nossa própria história.

A relação do Instituto Sedes, por exemplo, com o departamento ao mesmo tempo possibilita e impede alguns projetos e isto pede uma maior elaboração.

Um reconhecimento, portanto que não seja meramente narcísico, passa por uma queda dos ideais e aponta para um enfrentamento contínuo dos efeitos, contradições e indagações resultantes dessas marcas originárias.

Esta é uma instituição de analistas e é desde a radicalidade desse lugar que a construção de uma instituição mais aberta e dinâmica voltada para o desenvolvimento dos seus membros e da psicanálise se impõe como uma tarefa.

Mas é também a partir do conhecimento dos mecanismos inconscientes que sabemos das tendências institucionais cristalizadoras e estabilizadoras contrárias às transformações.

Saber sustentar essa tarefa no coletivo é um desafio permanente.

Deixando de lado as idealizações: vejo um departamento com suas contradições, apesar destas, cresce e se mostra atualmen-

te mais permeável a novas penetrações, portanto se fortalece.

Ano passado pude acompanhar o início da implantação do grupo de trabalho, cuja proposta era a organização de um espaço mensal de encontro para troca de experiências clínicas e esta se deu, em minha opinião, de forma mais natural do que se tivesse, possivelmente, ocorrido há alguns anos atrás.

Estive presente em alguns dos eventos deste grupo de trabalho nas quintas-feiras e a experiência foi gratificante, enquanto um espaço menos formal, que estimulou a participação e possibilitou a troca de experiências clínicas dentro do departamento, um verdadeiro exercício de circulação do saber entre seus membros, gerador de mútuo reconhecimento.

O grupo clínico, por sua vez, promoveu uma abertura, ao ocupar um espaço fora do Departamento, ao representá-lo na clínica do Sedes, resultando em novas trocas institucionais através do confronto da psicanálise com outros saberes.

Curiosamente estes são velhos projetos novos e suas contribuições ao departamento acabaram por reafirmar e consolidar exatamente seus princípios fundantes.

Nesse sentido, o Departamento na sua busca de identidade, ainda que esta contenha fragilidades, parece viver muito menos uma crise, do que um momento aonde reafirma alguns princípios e reavalia outros veni se mostrando mais viável através dos próprios mecanismos institucionais.

Assim, investir no projeto memória e história do curso e departamento como uma tarefa do coletivo representaria mais uma oportunidade de fortalecimento institucional, sendo esta, em minha opinião, uma forma mais plástica e criativa de encontrar soluções para os seus atravessamentos, do que insistir, dentro de uma perspectiva crítica, na urgência de tomada de decisões cruciais relativas a reorganização do mesmo, quando é visível a necessidade de um maior amadurecimento dessas problematizações entre os seus membros.

Expus aqui minha opinião e sugestão a partir daquilo que posso apreender do pouco que vivenciei e conheço desta instituição.

Agradeço o convite para escrever no boletim e concluo enfatizando meu desejo de poder saber mais dessa história, bem como, surpreender-me com novas leituras.

MARA SARTI

Comissão de Admissão - Síntese

Como relatora da discussão me vi diante dos limites dessa tarefa. Posso arrolar os temas debatidos, as idéias veiculadas, mas impossível transmitir a dinâmica viva, que promoveu movimentos de encontro e desencontros de perspectivas, reformulações e afirmações de pressupostos, ampliações de sentido. Posso dizer que foi um bom grupo de trabalho.

Esse preâmbulo se faz necessário para mim por considerar que enquanto Departamento temos que dar andamento contínuo e visível a questão tema desse grupo: Critérios para a Constituição da Comissão de Admissão de novos membros.

Há de início um espanto nesse grupo. Somos poucos, oito, os interessados nessa temática. Isto gera um movimento de nos perguntarmos sobre a desmotivação em participar, em dar prosseguimento concreto à decisão, aprovada por unanimidade em assembleia, de Abertura do Departamento.

Mas em seguida, apropriando nos das considerações sobre o trabalho desenvolvido, que a comissão de Admissão trouxe à

reunião geral, nas quais descrevia uma sensação recorrente nos membros deste Departamento de "um não saber" sobre funcionamento, resolvemos esclarecer uns aos outros qual a motivação nos trouxera a esse tema.

Nessa apresentação manifestaram-se preocupações com a ausência de política de inserção para o projeto para os alunos do curso. Após o investimento inicial na seleção, abandonamos o projeto aluno. Havia o desejo de compreender como se institue a pertinência. Dizer que é pelo trabalho não é simples. Os setores estão fechados, não há como incorporar membros dependendo do trabalho do Setor. Há uma defesa do desenvolvimento de espaço criativos, até porque detecta-se um esvaziamento do investimento no Departamento. Por outro lado há os que persistem por acreditarem no projeto.

Com o tempo de existência deste Departamento, foram se marcando diferentes momentos de inserção, de desejos. Há muitas dúvidas se somos capazes de clarificá-las e processá-las.

Existe um temor por uma demanda de filiação que envolve hierarquização. Sabemos que somos portadores de um sobrenome que nos dá poder. O poder é inevitável nos agrupamentos, portanto, o desafio é torná-lo positivo através da circulação de lugares, tempo. Surge a idéia de rede, lugares intercambiáveis.

Fica depositada na Abertura do Departamento uma ameaça de invasão que nos atropelaria, alteraria nosso perfil. Isso nos paralisa mesmo não sabendo definir esse perfil.

Fica muito nítido o receio de que o poder de admitir/selecionar cristalice-se não dando expressão a toda a diversidade departamental.

Ao final fica o esboço de que essa Comissão de Admissão seja de muitos membros eleitos em Assembleia. Que a cada pedido de admissão seja constituído um sub-grupo dessa comissão, que se encarregaria dos procedimentos de avaliação. A cada novo pedido nova sub-comissão se formaria.

O evidente objetivo desta formulação

é evitar cristalizações de poder.

Tenta que a pluralidade de visões esteja representada. Busca que nesse espa-

ço se produza debate e acordos. Nem todos os membros dos grupos deste tema concordavam com essa forma, porém não

houve tempo para avançarmos mais na discussão.

CLEIDE MONTEIRO

Comissão de Admissão - A abertura do Departamento e o problema da Comissão de Pertinência

Nosso Departamento de Psicanálise decidiu, após tantas discussões, aprovar a proposta de sua abertura para membros que não sejam egressos do Curso que este mesmo Departamento oferece e ao qual deve sua origem. Foi uma decisão importante que, segundo consta, veio a oficializar uma antiga idéia já contida na própria fundação do Departamento e, de acordo com o que ouvi nas assembléias, veio a resgatar a sua própria "vocação" inicial.

Parece evidente o fato de que esta abertura representou uma aspiração que se encontrava latente já há algum tempo entre nós. A bem da verdade, ela significou um passo a mais - e talvez um largo passo - para a consolidação de um verdadeiro Departamento, autônomo em relação ao Curso que o gerou. É bom lembrar que a entrada dos membros sempre se deu pela via do Curso, quer na condição de alunos, quer na de professores. Ora, o resultado concreto disto é que o Setor Curso monopolizava o poder de seleção de nossos pares, fato absolutamente normal até o momento em que os outros setores do Departamento não reuniam consistência suficiente para merecer tal prerrogativa. Sabemos todos que há muito esta condição foi superada: o produto do trabalho dos outros setores está aí diante de todos, não sendo necessário mencioná-lo.

Na última jornada promovida pelo Departamento, um dos grupos de discussão que se reuniu tratou exatamente do problema da pertinência que, a partir da chamada "abertura", está colocado para que solucionemos. Tenho a certeza de que serão muitíssimas as questões que vão aparecer quando iniciarmos o debate anterior à regulamentação que doravante se faz necessária. Nós votamos pela abertura para membros não egressos do Curso, é fato. Mas quais eram o projeto e as expectativas de cada um quando assim fizemos? Sem dúvida alguma, não deveriam constituir uma unanimidade. É por isso que penso que o problema maior ainda não está em pauta, pois somente quando se explicitarem os projetos subjetivos de Departamento, nas discussões que teremos no decorrer deste ano (isto é, espero que ocorram neste ano...) é que

saberemos, com o perdão da palavra, o tamanho da encrenca em que nos metemos... Mais delicado ainda será quando tivermos de decidir sobre o expediente que será adotado para a seleção ou aprovação dos novos membros, pois esta tarefa, quer admitamos ou não, envolverá uma forma de exercício de poder.

Eu, particularmente, tenho cá minhas idéias sobre esta questão, e já tive oportunidade de expô-las em outras ocasiões, inclusive quando formulei uma proposta circunstanciada para a regulamentação da abertura. É possível que eu não pense exatamente como então, mas creio que os pontos básicos de minha proposta não se alteraram em minha opinião, e vou explicitá-los aqui novamente:

1. Julgo que a desvinculação entre Curso e admissão ao Departamento deve ser vista com muito cuidado, afinal ela significa uma ruptura total com nossa tradição e, como tal, terá consequências. Por um lado, vejo com simpatia a quebra do automatismo desta pertinência, que permite que alguém, uma vez ingresso no Curso, tenha cumprido os requisitos para se tornar membro do Departamento. Até porque, para citar apenas uma situação que sempre me pareceu aberrante, nenhum dispositivo regulamentar impede - ou impedia - que alguém entrasse no Curso e fizesse imediatamente seu pedido de pertinência ao Departamento; logo após, este aluno poderia afastar-se do Curso e permanecer na condição de membro do Departamento, sem maiores impedimentos formais. Não sei se esta situação hipotética chegou a se concretizar alguma vez. Mas isto não vem ao caso; visto que o que importa é que ela era teoricamente possível.

O automatismo, por si só, é algo que nem sempre pode bons resultados. Chegou o momento de enfrentarmos o fantasma da avaliação, que por muito tempo temos evitado. Parece que a coletividade do Departamento também assim julgou. Mas, se a passagem pelo Curso deixou de ser condição suficiente para a entrada no Departamento na condição de membro, penso que o aluno que busca a formação aqui conosco é e deve ser, por excelência, o candidato

potencial a membro. As condições para seu ingresso jamais deverão ser equiparadas às condições exigidas para aquele que procurou sua formação em outras plagas e, de pois, veio bater à porta do Departamento. Afinal, toda associação psicanalítica que se preza oferece uma formação sistemática e tem nestes analistas que forma o contingente em potencial para se desenvolver. Ao contrário, se separarmos de vez a associação da formação, não mais estaremos imprimindo ao curso o caráter de formador dos nossos quadros, o que me parece uma forma de desinvestimento. Portanto, penso que o fato de se concluir o Curso de Psicanálise deve ser considerado uma espécie de "meio caminho andado" para a entrada no Departamento. O Curso não deve visar apenas a formar analistas, mas a formar os futuros membros do Departamento. Penso ainda que o aluno, enquanto estiver nesta condição, pode inserir-se nos setores na qualidade de membro "provisório". A palavra é ruim, reconheço, mas representa a idéia de que é necessário completar o Curso a fim de requerer a filiação definitiva. A qualidade de sua participação nas atividades do Departamento poderá, inclusive, concorrer para sua aceitação na qualidade de membro ao término do Curso.

2. Sendo o Curso de Psicanálise a via *ordinária* para a entrada de membros no Departamento, é natural a conclusão de que considero que a entrada por outras vias deve ser sempre considerada uma via *extraordinária*, quase uma espécie de exceção à regra. Já defendi em outra ocasião o ponto de vista de que os analistas que venham a se tornar membros do Departamento sem terem passado pelo Curso (e devidamente cumprido as exigências dos quatro anos) devem ter motivos de sobra para prescindir da formação aqui oferecida. E, é evidente, isto não deverá ser condição suficiente para sua entrada; há que se ter um *projeto de inserção* no Departamento, isto é, um objetivo de trabalho em algum dos setores. Caso contrário, a pertinência pode se tornar apenas um título honorário e burocrático a ser exibido.

3. O problema maior que teremos de enfrentar, a meu ver, será o da regulamen-

tação dos mecanismos de aceitação dos pedidos de pertinência que surgirem. Alguém deverá ocupar o lugar de examinador, é inevitável. Na proposta que fiz há algum tempo, exprimi minha opinião de que deveria haver uma *Comissão de Pertinência* especialmente constituída para esta tarefa que é, a um só tempo, técnica e política. Continuo pensando assim, isto é, que tal comissão deve ser independente da Comissão Coordenadora Geral e eleita especificamente para esta finalidade, para um mandato anual. Mas quem seria elegível para esta comissão? Todo e qualquer membro do Departamento? Penso que não, e este é um ponto espinhoso que exigirá muito equilíbrio de nossa parte, pois corremos os riscos opostos de constituirmos comissões excessivamente "conservadoras" ou excessivamente "liberais" (os termos, novamente, não são os melhores, reconheço). Se começarmos a exagerar nas exigências, como por exemplo, dar o direito de participação nesta comissão apenas aos membros fundadores, aos que já tenham participado alguma vez da Comissão Coordenadora Geral, ou aos que tenham muitos anos de casa, certamente estaremos reduzindo demasiadamente o leque das pessoas elegíveis e, lamentavelmente, caindo em uma espécie de fechamento oligárquico. Mas se, por outro lado, não colocarmos pré-requisito algum para que alguém possa ocupar esta posição, também não estaremos fazendo valer o critério da legitimidade, isto é, o de que o examinador esteja minimamente comprometido com a história e a ideologia do Departamento. Por isso julgo que o melhor a ser feito seria elegermos, em Assem-

bléia Geral (tendo todos os membros igual direito a voto) uma lista de dez ou mais pessoas *que sejam membros do Departamento há mais de cinco anos e que estejam engajadas em algum setor*, para que constituam, potencialmente, a Comissão de Pertinência. A cada pedido de pertinência que houver, cinco nomes serão sorteados para então formarem uma comissão *ad hoc*. É evidente, o calendário de funcionamento desta comissão é uma questão administrativa a ser regulamentada posteriormente para resolver os problemas funcionais que forem aparecendo.

4. Até aqui, trabalhamos com os casos de *pedidos* de pertinência, isto é, de alguém que venha "bater à nossa porta". Mas será esta a única forma de aceitarmos membros "de fora"? Não poderíamos ter a categoria de membro "convitado", quando julgarmos que alguém pode contribuir de modo excepcional para o desenvolvimento científico do Departamento? Esta é uma questão a ser debatida. Eu, particularmente, penso que deveríamos sim adotar esta categoria. Aliás, o setor Curso sempre teve a prerrogativa de fazê-lo, pois, diferentemente dos outros setores, é o único que, pela força do costume, tem convidado analistas de fora do Departamento para entrarem em seus quadros, alçando-os, automaticamente, à condição de membros. Não poderá ser esta também uma prerrogativa de outros setores? Penso que sim, mas, novamente, com muito cuidado e prudência. Se quisermos ser um Departamento de verdade, com unidade e organicidade, não podemos mais, simplesmente, conferir este poder e esta autonomia a cada um dos setores. A ques-

tão deverá passar, sempre, pela Comissão de Pertinência, que será uma espécie de colegiado científico, político e ético do Departamento.

5. Por fim, algumas palavras sobre uma questão que surgiu no grupo de discussão de que participei na última Jornada do Departamento. Desde que o Setor Grupo de Estudos vem oferecendo formação para profissionais em outras cidades, parece que tem havido uma demanda dos alunos no sentido de participar do Departamento, isto é, pelo que entendi, uma demanda de filiação. Se lembramos que o Departamento oferece, no próprio Sedes, cursos que não o de Psicanálise, poderíamos ampliar ainda mais este problema. Ouvi opiniões divergentes sobre este tema, e reconheço que se trata de outra questão que deverá ser posta em pauta. No entanto, a partir do momento em que a conclusão do Curso de Psicanálise deixar de ser condição suficiente para a filiação ao Departamento, e que existem outras vias de candidatura a esta pertinência, creio que o problema colocado não terá mais razão de ser.

Enfim, julgo ter abordado os principais temas sobre a pertinência que teremos de debater de agora em diante. Posso ter deixado de enxergar ou de prever problemas que certamente surgirão, é evidente. Mas creio que contemplei aqueles que, até o momento, foram, ao menos, aventados. Agradeço ao *Boletim* o convite que me foi feito para que expusesse minha opinião.

FLÁVIO CARVALHO FERRAZ

ANÚNCIOS

Mudança de Endereço

Maria Laurinda R. Souza e Tera Leopoldi comunicam aos colegas do Departamento seu novo endereço de consultório.

Rua Inajaroba, 186

Vila Nova Conceição

Tel: (permanece o mesmo) 822-7820

Mudança de Telefone

Maria Antonieta Whately comunica aos colegas do Departamento seus novos telefones:

Consultório: 62-8654

Residência: 815-4577

Mudança de Endereço

Jassanan Amoroso Pastori comunica seu novo endereço de consultório:

Alameda Franca, 801

Tel: 881-4349

PROPOSTAS E PROJETOS

PARA UMA FORMAÇÃO PERMANENTE NO DEPARTAMENTO

Novos grupos estão sendo formados para estudos e pesquisas, dentro do Departamento. Abaixo a proposta de cada um, com os coordenadores em ordem alfabética.

TEMA TEXTOS FREUDIANOS ASSOCIADOS A TEXTOS TRANSDISCIPLINARES

Fundamentalmente articularemos os autores em questão: Ilya Prigogine, Edgar Morin, Gilles Deleuze e Félix Guattari, com a clínica e com a cultura.

Coordenação: Alcimar A. de Souza Lima

Horário: quinta-feira, às 16hs. e/ou às 9-10hs quinzenalmente

Local: Rua Atlântica, 776
Jardim América

Telefone: 78204986

Início: março de 97

TEMA PENSAR A CLÍNICA

Quais as questões tanto metapsicológicas como técnica implicadas no processo analítico?

Que referências teóricas atuam na nossa prática clínica?

Que textos podem ser trabalhados para que haja uma explicação do de nossa atividade e de nossa escuta?

Que sonhos, desejos, traduções do infantil e do sexual aí contidos constroem nossa escuta e mobilizam nossas resistências?

Como pensar a dimensão criativa da palavra na análise, abrindo-se para um sentido até então virtual mas plural no surgimento sempre possível inesperado?

Essas são apenas algumas problemáticas e questões com as quais nos defrontamos na

nossa prática clínica.

É a partir do trabalho clínico dos participantes do grupo que pensamos abordá-los. Pensar, refletir, discutir a nossa prática clínica em seu cotejo com a teoria é o objetivo desse grupo.

Coordenação: Ana Maria Amaral

Horário: terça-feira das 10 as 12hs
quinzenalmente

Local: Rua Goitacáz, 50 apto 92

Telefone: 67 6934

Início: 8 de abril de 97

TEMA O SINTOMA E A CLÍNICA PSICANALÍTICA

- A concepção de sintoma em diferentes momentos da obra freudiana.

- Articulação permanente com as interrogações de nossa clínica cotidiana.

- Duas dimensões da clínica: sintoma e fantasma.

- Desenvolvimento de Lacan sobre o sintoma e a criação do termo "sintoma" no Seminário 23 (1975).

Coordenação: Maria Cristina Ocaris

Horário: quinta-feira das 19 às 21hs e/ou sexta-feira das 16 às 18hs - quinzenalmente

Local: a combinar

Telefone: 256 4758

Início: março de 97

TEMA D.W. WINNICOTT

A idéia é pesquisar dentro da obra de Winnicott alguns temas centrais que demarcam sua originalidade:

- o desenvolvimento emocional primitivo;
- o gesto espontâneo e a preocupação materna primária;
- a noção de objeto - objeto subjetivo, objeto transicional, objeto compartilhado;
- a concepção do ambiente facilitador e as consequências do seu fracasso ou privação;
- a psicose e a tendência anti-social;
- o lugar do jogo - de uma situação estabelecida ao jogo do rabisco;
- o espaço da ilusão, do brincar e da vida cultural;
- teoria da situação analítica - manejo do setting e lugar da interpretação.

Coordenação: Maria Laurinda R. de Souza

Horário: terça-feira das 13 às 14:30hs e/ou quinta-feira das 19:30 às 21hs
quinzenalmente

Local: Instituto "Sedes Sapientiae".

Telefone: 822 7820 ou 55 818985

Início: março de 97.

TEMA O FEMININO NO IMAGINÁRIO CULTURAL DE NOSSO TEMPO. EFEITOS NAS FORMAÇÕES CLÍNICAS.

O trabalho partirá da leitura de textos psicanalíticos e será ampliado no diálogo com autores que trabalham o tema em outras áreas do saber.

Coordenação: Sílvia Leonor Alonso

Horário: quinta-feira das 8:45 às 10:45hs
quinzenalmente

Local: a combinar

Telefone: 66 2045

Início: março de 97.

COMISSÃO COORDENADORA GERAL

RELATÓRIO DA TESOUREIRA (JULHO96/FEVEREIRO97)

Nesse período tivemos as despesas rotineiras do Departamento e dois eventos, Estética e Hornstein.

Apresentaremos na próxima página um quadro geral das entradas e saídas, depois especificaremos os gastos para a manutenção do funcionamento do Departamento.

A C.C.G. LEMBRA A TODOS OS MEMBROS
QUE SUA REUNIÃO, ÀS SEGUNDAS-FEIRAS ÀS 20:30 HORAS ESTÁ
ABERTA A QUEM SE INTERESSAR.

ENTRADAS	
Semestralidade	10.935,00
Hornstein	8.198,00
Estética	11.652,00
Rendimentos financeiros	1.166,34
Grupo de estudos	917,59 (Banco do Brasil)*
TOTAL	31.951,24

*O Departamento movimentou duas contas bancárias: Banco Itaú e Banco do Brasil. Os pagamentos via Instituto Sedes para o Departamento são depositados no Banco do Brasil.

SAÍDAS	
Gastos/Departamento	12.942,20
Hornstein	3.528,94
Estética	9.820,33
Percurso	2.142,00
TOTAL	28.433,87
SALDO (junho/96)variação	973.517,37
SALDO (julho)	967.477,82
BANCO ITAÚ(C/C)	10.964,39
SALDO EM DINHEIRO	731,68
BANCO DO BRASIL(C/C)	912,59
SALDO	12.148,66

Gastos/Departamento	
Boletim 3.	240,30
Latinofórum	197,00
Xerox	2.445,00
Despesas bancárias	43,43
Percurso em pré-pagado	1.877,13
Popelaris	801,00
Transcrições	2.315,50
Grupo de Estudos	400,00
Correio	629,84
Gratificação Natal	98,00
Grupo Espaço de Trabalho	50,00
Congresso Interno	1.750,00
TOTAL	17.942,20

Os gastos com evento Estética foram administrados por Mara e Daniel; do evento Hornstein pela Estética deixou um saldo positivo de R\$ 1648,00 e, Hornstein de R\$ 4545,37 já descontada a porcentagem referente ao uso do anfiteatro, ainda a ser pago.

A semestralidade equivale a Tesouraria apenas 34,22% das entradas, sendo que do total recebido, 19,59% corresponde ao pagamento de assinaturas da Percurso.

A previsão de gastos feita para o segundo semestre de 96 (ver circular/setembro de 96) se revelou incorreta em vários itens: edição do Boletim, de R\$ 1900,00 para R\$3420,00, Congresso Interno de R\$ 700,00 para R\$ 1250,00. No que diz respeito às transcrições de ZERO para R\$

2445,00, alguns gastos devem ser revisados. Em relação ao Boletim a mudança de gráfica não foi econômica, mesmo considerando o número de páginas e o trabalho de digitação. Os gastos com as transcrições ocorreram devido ao fato das primeiras não terem sido feitas a contento e precisarem ser refeitas; começamos a fazer uma pesquisa de mercado para aliar custo e qualidade. As despesas com xerox e correio nos escapam ao controle, não conseguimos prever e muito menos avaliar o mérito de seu uso. Apesar de tudo, ainda temos um saldo razoável. Conseguimos um bom rendimento com investimentos feitos durante o ano de 96.

Cabe-nos fazer a previsão de gastos para o primeiro semestre de 97. Conseguimos

criar um fundo de reserva que facilita o trabalho na tesouraria e pretendemos mantê-lo. No entanto, diante da previsão de saídas para o primeiro semestre de 97 e do pequeno número de membros em dia com a semestralidade, ficamos preocupados. A divisão da despesa entre o número de membros pagantes, tornaria a contribuição de cada membro muito cara. É cara porque poucos pagam, poucos pagam porque é cara. Não temos a menor idéia de como resolver isso. Aceitamos sugestões.

Para sua informação 102 membros quitaram a semestralidade; 33 são alunos do Curso e têm um desconto de 20%.

EVA WONGTSCHOWSKI

DOS SETORES

PUBLICAÇÕES - PERCURSO

Relatório Financeiro - 1996

1. Dados gerais

Ao encerrarmos o segundo ano em que pudemos contar com um acompanhamento minucioso e exato da contabilidade de *Percurso*, os resultados são excelentes. De janeiro a dezembro de 1996, a revista arrecadou um pouco mais de R\$ 49.000,00 e gastou cerca de R\$ 39.000,00, produzindo um saldo positivo de aproximadamente R\$ 10.500,00. A este superávit, é preciso somar o saldo positivo de 1995 (R\$ 3.675,00), com o que chegamos aos R\$ 14.138,00 hoje em caixa. (Estes números são aproximados; os dados exatos constam do Demonstrativo anexo). Pela primeira vez na história da revista, fechamos o ano com o suficiente para produzir um número inteiro - gráfica, paginação e despesas correntes - com recursos próprios. É verdade que, se em 1997

não entrasse um centavo em assinaturas nem em recursos externos, fecharíamos as portas após editar o número 18 - mas conseguiríamos fazê-lo assim mesmo! Tal não parece ser o caso; a revista vai bem, e tudo indica que continuará a prosperar no ano que começa.

2. Receitas

As receitas do quarto trimestre somaram R\$ 14.471,00, sendo R\$ 2.000,00 de uma doação particular de Teresa e Cândido Bracher; R\$ 2.158,00 provêm do acerto de contas com o Departamento, e R\$ 10.313,00 de vendas e assinaturas. Este último dado é realmente expressivo; ele traduz o intenso esforço realizado para angariar novos assinantes e recuperar os que tardaram em renovar sua assinatura. Zulmira, Adriana e Ilva estão de parabéns! O mesmo vale para a Chu, que idealizou o

sistema de coleções a preço fixo, responsável por cerca de R\$ 3.500,00 destes R\$ 10.313,00. Ela e sua assistente Marlene organizaram o estoque, fizeram os pacotes de revistas e se encarregaram da sua expedição. Em suma, um esforço enorme e felizmente bem sucedido permitiu que superássemos - ainda que por pouco - a marca dos 712 assinantes que possuíamos em 31.12.95: os dados exatos serão levantados no início do ano, mas a última informação é que estávamos próximos dos 730.

Não é possível saber mês a mês, como para os meses de janeiro a setembro, os valores precisos das vendas e assinaturas, porque na conta de *Percurso* entraram também as semestralidades dos membros do Departamento que preferiram quitá-las com o boleto. Assim, seria necessário separar mês a mês o que é da revista e

o que é do Departamento, requinte contábil que ainda não pudemos atingir. Em todo caso, estes números ficaram em torno de R\$ 3.000,00 / R\$ 3.500,00 por mês, ou seja, bastante superiores tanto aos do segundo e do terceiro trimestre de 1996, quanto dos períodos correspondentes de 1995. A tabela abaixo reflete isto:

Vendas e Assinaturas	1995 R\$	1996
1º trimestre	3.111,00	11.799,00
2º trimestre	4.810,00	4.706,00
3º trimestre	4.717,00	4.776,00
4º trimestre	5.792,00	10.313,00
TOTAL	18.288,00	30.598,00

Como se vê, o resultado deste ano é cerca de 70% superior ao do ano passado. É certo que o preço da assinatura aumentou, mas foi concedido um grande desconto para quem renovasse logo no início do ano, de modo que aqui as coisas se equilibram; além disso, o número de assinaturas é praticamente o mesmo nos dois anos. Boa parte desta significativa diferença se deve ao trabalho dos representantes nos Estados, a quem agradecemos o empenho, à venda de coleções completas, e à vendas avulsas em eventos e em livrarias.

O restante das receitas próprias é constituído pela parcela das semestralidades do Departamento que correspondem a *Percusso*. Ela soma R\$ 4.061,00, sendo maior o valor do segundo semestre porque nele nos cobramos R\$ 21,00 de cada semestralidade, enquanto no primeiro a parcela era de R\$ 15,00. Em média, cada membro do Departamento pagou R\$ 18,00 por número, o que significa uma assinatura de R\$ 36,00, ou seja, um desconto de 28% em relação ao preço para não-membros.

Quanto às receitas externas, a Papesp contribuiu com R\$ 3.500,00 para cada número, e tivemos dois patrocínios no número 16 (R\$ 2.500,00). Para o número 17, o Banco BBC foi sondado, mas por razões administrativas não pôde assumir o patrocínio. Este foi substituído por uma doação pessoal, no valor de R\$ 2.000,00, de um sócio do Banco e de sua esposa, a quem agradecemos vivamente. Um outro patrocínio de R\$ 2.000,00, da Santista Alimentos, será integralizado no início de 1997.

O Departamento nos emprestou R\$ 1.755,00, pagos em parte no acerto do primeiro semestre e o restante no acerto do segundo semestre. Contabilizamos este valor nas receitas externas, porque não pro-

vém nem de assinaturas nem de vendas. Para 1997, já não será necessário este aporte, como ocorreu em 1995 e 1996, por que temos em caixa o suficiente para pagar as grandes despesas do início do ano: gráfica e expedição do número 17, salário da Ilva, etc. Estes gastos são efetuados *ante* que começa a renovação das assinaturas, o que, nos anos anteriores, ocasionou o pedido de empréstimo à tesoureira do Departamento.

Considerando a proporção receitas externas/próprias, melhoramos nossa posição em relação a 1995:

Receitas	1995 (%)	1996 (%)
Externas	34,15	26,92
Próprias	64,31	70,27
Juros	1,54	2,81

O que praticamente dobrou foi a porcentagem dos juros de aplicação, refletindo o fato de que durante quase todo o ano tivemos aplicada uma soma bem superior à de 1995. Assim, embora as taxas tenham se reduzido bastante no ano de 1996, o valor absoluto dos juros triplicou (R\$ 474,00 contra R\$ 1.383,00), e a porcentagem correspondente quase dobrou.

Em resumo, *Percusso* é um empreendimento absolutamente viável do ponto de vista financeiro. Ainda falta bastante para podermos dispensar por completo os aportes externos, mas a proporção de recursos próprios vem aumentando: de cada quatro reais que arrecadamos, quase três são provenientes das nossas operações. A Papesp vem respondendo favoravelmente às nossas solicitações de auxílio, cada número traz um ou dois anúncios, o papel continua sendo doado pela Suzano-Peffer; e assim vamos nos mantendo, colhendo os frutos de vários anos de trabalho bem-feito.

3. Despesas

Costumamos dividir as despesas em duas rubricas: *produção* corresponde aos gastos com gráfica, paginação, fotolitos, etc., e *correntes* cobre o que vamos desembolsando para poder funcionar (correio, xerox, serviços de terceiros, etc.)

Neste ano, as despesas de produção montaram a R\$ 13.152,00, aí incluídos a gráfica para os números 15 e 16, a paginação e capa dos 16 e 17, e o Índice Temático (ver Demonstrativo). Em relação a 1995, o valor absoluto é 30% superior (foi de R\$ 10.145,00 então). Contudo, estes custos

tendem a se estabilizar, e os valores do segundo semestre ficaram bem próximos dos do primeiro: cerca de R\$ 3.500,00 para a gráfica, cerca de R\$ 1.700,00 para a paginação, e cerca de R\$ 600,00 para a capa.

As despesas correntes, que até 1994 constituíam um quebra-cabeça chinês, passaram a ser registradas regularmente a partir de 1.1.1995. Com isto, podemos perceber um padrão que vem se mantendo razoavelmente constante, o que fica claro com a tabela abaixo:

Despesas Correntes	1995		1996	
	R\$	(%)	R\$	(%)
Correio	4.012,00	25,98	4.001,00	16,82
Divulgação	2.940,00	19,04	6.976,00	29,33
Impressos	2.385,00	11,80	1.443,00	6,07
Terceros	3.419,00	22,34	5.768,00	24,25
Xerox	1.119,00	7,24	7.067,00	8,69
Diversos	1.667,00	10,80	3.531,00	14,84
TOTAL	15.442,00		23.786,00	

Os itens "terceiros", "xerox" e "diversos" mantêm-se em proporções bastante semelhantes de um ano para o outro, enquanto os valores absolutos aumentaram. Isto se deve a que estamos remunerando melhor quem nos presta serviços (Ilva, traduções, transcrições, etc.), a um uso mais intenso do xerox, e, no item "diversos", ao pagamento de passagens para que autores não-paulistanos possam participar do debate do número em que escreveram.

O custo do correio se manteve praticamente igual, embora o volume de correspondência tenha aumentado bastante (tentativas de recuperação de assinantes e remessa de revistas para os Estados). A razão disso é a racionalização das remessas e o melhor aproveitamento das regras dos Correios (por exemplo, enviando a revista como impresso e não como carta).

O item "impressos" baixou significativamente, porque o material feito em 1995 (envelopes, papel timbrado, etc.) foi suficiente para boa parte das necessidades de 1996.

O que aumentou tanto em valor quanto em proporção foi o item "divulgação", que cobre todas as atividades necessárias à venda das revistas: comissões de representantes e da Adriana, reembolso de telefonemas e do telemarketing, etc. É este o item responsável pelos R\$ 30.500,00 das "receitas próprias" (os membros do Departamento, assinantes *ex officio*, não precisam ser caçados a laço como os outros). Portanto, gastamos cerca de R\$ 7.000,00 para um

resultado de R\$ 30.500,00, ou seja, um pouco menos de um real para cada quatro arrecadados ao longo do ano. É um gasto mais do que compensado pelo resultado.

Percurso vem empregando, para poder funcionar, R\$ 2.000,00 por mês, o que não é exagerado frente ao volume de trabalho que a revista envolve. A estrutura é enxuta e gerida com parcimônia, mas sem mesquinhez, e por vezes com generosidade (atenções para prestadores de serviços, por exemplo).

Um último ponto: o custo por exemplar. Incluindo a quitação do empréstimo com o Departamento, gastamos R\$ 38.693,00 para produzir três mil exemplares, o que dá R\$ 13,00 por exemplar. Segundo o relatório da Chu de 24.10.96, restam em estoque cerca de 265 exemplares do número 15 e 500 do número 16; portanto 2.735 revistas. Dividindo R\$ 38.693,00 por 2.735, temos algo em torno de R\$ 17,30 por exemplar efetivamente vendido. Isto nos dá um lucro de mais ou menos 30% em cada exemplar - pois ele sai por R\$ 25,00 na assinatura - o que explica parte do resultado positivo das contas do ano.

Nota-se que este (R\$ 10.518,00) é bem próximo do valor das receitas externas (R\$ 11.500,00). Podemos ler este dado de duas maneiras: economizamos o recebido de fontes alheias, ou - o que é bem mais reconfortante - produzimos dois números e funcionamos o ano inteiro com os recursos gerados por nós mesmos: despesas de R\$ 36.938,00 para receitas próprias, incluindo os juros de aplicações, no valor de R\$ 35.981,00. Este fato é inédito na história da revista: para efeito de comparação, em 1995 gastamos R\$ 27.072,00, mas geramos com nossas operações apenas R\$ 20.247,00, produzindo neste ponto um déficit de aproximadamente 25%.

4. Estoques e Assinaturas

Para completar esta radiografia da situação material de *Percurso*, abordaremos brevemente dois tópicos: o estoque e a questão dos assinantes.

a) O estoque de números antigos é um importante ativo da revista, na medida em que representa lucro líquido quando eles são vendidos. A cada nova edição, ele aumenta em cerca de 750 exemplares, já que os demais são enviados aos assinantes, permutados ou distribuídos como cortesia. Existe portanto o risco de acumularmos milhares de revistas, e foi o que aconteceu durante um bom tempo, como se observa

pela tabela abaixo:

Evolução do estoque				
Nº	31.12.94	30.6.95	31.12.95	24.10.96
2	180	167	160	Esgotado
3	276	233	220	Esgotado
4	727	663	650	-350
5/6	822	725	680	-450
7	932	905	883	679
8	880	891	800	590
9	797	731	720	500
10	634	544	450	220
11	612	840	790	448
12	610	460	420	279
13	—	461	420	285
14	—	—	630	490
15	—	—	730	265
16	—	—	—	500
17	—	—	—	—
TOTAL	6.490	6.620	7.553	5.056

Até 24.10.96, conforme dados do relatório de divulgação preparado pela Chu, as diversas iniciativas de venda realizadas durante o ano haviam feito baixar a quantidade de exemplares até o número 15 para 4.556, ou seja, foram escoadas 3.007 revistas antigas. Este é um número realmente impressionante, mesmo se dele abatermos 1.288 exemplares empacotados em 92 coleções completas do 2 ao 15, e que ainda não saíram efetivamente, encontrando-se nos locais indicados na página 2 daquele relatório. Os registros desde então mostram ao menos 17 coleções vendidas, ou seja, 238 exemplares (17 x 14 em cada coleção). Se somarmos a estes números os 500 exemplares do número 16 mencionados no relatório, teremos um total de aproximadamente 6.100 revistas em estoque, entre os números 4 e 16 (os dados exatos dependem de uma nova contagem, que será realizada em março).

Como estamos vendendo cada exemplar antigo a R\$ 10,00 em média, o ativo imobilizado no estoque representa algo próximo de R\$ 60.000,00, ou seja, 20% a mais do que toda a receita de 1996! Este dado basta para justificar a seguinte recomendação aos representantes nos Estados, a quem ainda das livrarias, e a todos os que de um modo ou de outro querem ajudar a revista: *procurar escoar os números anteriores*, especialmente na forma das coleções completas, mas também recomendando, como leitura em seus cursos e aulas, artigos publicados naqueles números, ou de outras formas ainda. Neste sentido, o Índice Temático pode ser um auxílio precioso, já que indica com clareza onde encontrar o que exatamente nestes números que desejamos escoar.

b) A questão das assinaturas é complexa. Tivemos um crescimento espetacular entre julho e dezembro de 1994, quando passamos de 227 para 638 assinantes. Mas já em 1995 foi difícil recuperar todos, e alguns não renovaram; sabemos que, dos 712 de 31.12.95, 125 entraram naquele ano, portanto 587 (712 - 125) renovaram de 1994 para 1995. Em 1996, estamos novamente na casa dos setecentos e poucos; ainda não sabemos exatamente quantos destes são "fideis" e quantos novos. Até julho, de 535 assinantes cadastrados tínhamos 63 novos e 472 renovações, ou seja, cerca de 90% de renovações no total de assinaturas (472 / 535), mas apenas 66% de renovação entre os assinantes de 1995 (472 / 712).

O relatório de dezembro da Zulmira expõe as dificuldades encontradas para obter a renovação deste terço "infiel" e para angariar novos assinantes: em 24.10.96, por exemplo, 185 assinantes de 1995 ainda não haviam renovado, e destes somente 5 o fizeram até início de dezembro. Ou seja, de 1995 para 1996 perdemos entre 20 e 25% dos nossos assinantes, o que é uma quantidade significativa. Estes foram compensados pelos que entraram, já que o número final é de novamente de setecentos e poucos; mas é preciso reconhecer que todo o enorme esforço realizado no último trimestre só pôde nos levar para onde já estávamos em dezembro de 1995.

O que significam estes dados? Que, graças à racionalização da captação no segundo semestre de 1994, *Percurso* chegou com facilidade a um patamar de assinaturas entre 650 e 750, mas que desde então, e apesar do intenso trabalho neste sentido, está difícil atingir um novo patamar, digamos o dos mil assinantes. Não sabemos ao certo por que isto acontece; temos algumas hipóteses, mas elas precisam ser empiricamente verificadas. Um aspecto importante diz respeito à saturação e à segmentação do mercado de revistas psicanalíticas no Brasil - pessoas que já assinam alguma não manifestam grande entusiasmo por assinar mais outra, especialmente se ela não segue uma linha identificada com a escola preferida pelo profissional. O preço da assinatura é considerado elevado da Bahia para cima, em virtude do menor poder aquisitivo daquelas regiões (o que pode ser resolvido concedendo descontos para os novos assinantes do Nordeste). Pode haver outros motivos: é preciso descobrir quais.

Em todo caso, o espaço para crescer

mos está nos Estados, especialmente no Rio de Janeiro e no Sul do país. Há um grande contingente de analistas brasileiros, dentro e fora da IPA, que poderiam ser novos assinantes. Daí a importância do trabalho dos representantes e dos encarregados de livrarias. Daí também a decisão de contratar a Marlone, assistente da Chu, para se ocupar profissionalmente de algumas livrarias em São Paulo. E, sobretudo, a importância de que todos os membros do Departamento enviem ao setor de assinaturas (Zalmira, 816-1137) listas de possíveis assinantes, por exemplo alunos de seus cursos universitários e grupos de estudo, colegas de pós-graduação ou de consultório, etc..

5. Conclusões e Perspectivas

Os dados aqui apresentados e comentários comprovam o bom estado da situação de *Psicuno*, especialmente em termos financeiros. A receita da revista vem dobrando de ano para ano: em 1994, foi de R\$

14.650,00; em 1995, de R\$ 30.747,00; em 1996, de R\$ 49.241,00. As despesas, por sua vez, vêm crescendo também - 1994, R\$ 16.275,00; 1995, R\$ 27.072,00; 1996, R\$ 38.693,00. Mas este crescimento é saudável, e isto sob dois pontos de vista: reflete um maior volume de atividade, e representa uma proporção *decrecente* dos recursos angariados, o que aliás explica o valor *crecente* dos saldos ao final de cada exercício.

Em janeiro e fevereiro de 1997, temos gastos volumosos com a impressão e a distribuição do número 17, além de salários e comissões; estimamos estes gastos em cerca de R\$ 6.000,00. Mas a partir de fevereiro, começarão a chegar os buletos de renovação, e provavelmente o auxílio da Fapesp para o número 17 (R\$ 3.500,00), além do patrocínio da Santista (R\$ 2.000,00), de modo que acreditamos poder recompor com certa facilidade as reservas

atuais, e mesmo aumentá-las.

Assim, a revista pode encarar com tranquilidade o próximo exercício; o que não é pouco nestes tempos difíceis para as classes média e média alta, entre as quais se distribui nosso público-alvo. Pensamos que as palavras da Zalmira, no final do seu relatório, expressam bem nossas impressões e expectativas: "após mais ou menos três anos no desenvolvimento desta atividade, buscando resultados eficientes, finalmente conseguimos encontrar o "caminho das pedras", ou seja, o trabalho de base já foi feito. Com isto, é só dar prosseguimento, no mínimo com a mesma eficácia, ao que já vem sendo feito."

Um bom 1997 para todos nós!

CECÍLIA MEIRELLES
RENATO MEZAN

Demonstrativo Financeiro - 1996

RECEITAS	R\$	DESPESAS	R\$	SALDO R\$
Emprestimo Depo. Externas	1.751	Produção		
Fapesp	7.000	Gráfica nº 15 e 16	7.300	
Patrocinadores	4.500	Paginação e capa 16/17	1.385	
		Índice 1-15	1.364	
Total Fapesp + Pat.	11.500	Total desp. produção	- 13.152	+ 103
Total Depo./Emp./Pat.	13.255	Correntes		
Próprias		Cursos	1.001	
Depo. saldo 95	336	Desenv. pagin.	6.926	
Depo. 1/96	1.680	Impressos	1.112	
Depo. 2/96	2.158	Terceros	5.268	
Vendas 1 T 96	11.239	Xerox	7.067	
Vendas 2 T 96	1.206	Diversos	3.511	
Vendas 3 T 96	1.776	Total desp. correntes	- 23.786	+ 10.812
Vendas 4 T 96	10.413	Total despesas	- 36.938	+ 10.915
Total receitas próprias	34.598	Quitação emp. Depo.	1.355	- 367
Receita operacional	47.851	Total gastos 1996	- 38.693	+ 10.548
Juros	1.323			+ 3.675
Total entr. 1996	49.241			+ 14.223
Saldo 1995				
Reservas em 29.12.96				
Receitas	(%)	Despesas	(%)	Saldo
Externas	76,97	Produção	53,99	Dir. c/c
Próprias	70,27	Correntes	61,17	Emp. aplc.
Juros	7,81	Out. obj 4,64		B. Brasil
				Total
				14.773

GRUPO ESPAÇO DE TRABALHO

PROGRAMA-SE

O Grupo Espaço de Trabalho continuará com suas atividades em 1997.

No dia 20 de março, às 20:30 horas a psicanalista Rubia Mara Santos do Nascimento falará sobre: "Dos desdobramentos da incorporação - sua importância na escuta analítica".

NOTA

PUBLICAÇÕES - PERCURSO (REEDIÇÃO)

PERCURSO NAS UNIVERSIDADES

No dia dez de agosto estivemos na Universidade São Judas, à convite de Wilson Klain e da coordenadora do curso de psicologia Gislaïne G. da Silva, dando início ao projeto de levar *Percurso* às universidades através de conferências e debates.

Mania Dweik apresentou a revista, sua história, funcionamento, linha editorial, objetivos, ressaltando a função da escrita na

formação do analista e Helena Kon Rosenfeld apresentou seu texto "Há poesia na psicanálise?", publicado na *Percurso* número quinze. Em seguida foi aberto o debate, várias questões foram levantadas e ficamos agradavelmente surpresas com o interesse e compreensão em relação às idéias ali expostas. Vale ressaltar a extrema amabilidade com que fomos recebidas e, dado o bom proveito na São Judas as por-

tas ficaram abertas para futuros eventos. Acreditamos que esse é um excelente meio para divulgarmos nosso trabalho em *Percurso* e colocamo-nos à disposição de membros do departamento que estejam ligados a tais instituições para encontros como esse.

MARIA DE LOURDES CALIQUI COSTA

ENTREVISTA

A segunda parte da entrevista realizada com Mario Fucks, será editada no próximo número de Boletim. A primeira já foi editada no número anterior.

ASSEMBLÉIA

PENSANDO UMA FORMAÇÃO PERMANENTE

Em 24/02/97 a CCG convidou os proponentes dos novos seminários que o Departamento oferecerá neste ano.

A CCG convocou para uma reunião os proponentes dos seminários que serão oferecidos, em 1997, através do Departamento de Psicanálise.

O objetivo do encontro foi poder escutar cada um, de como nasceu a idéia da proposta e também abrir uma discussão importante em torno de alguns critérios que, enquanto CCG, pensamos poderiam referendar este movimento do Departamento e de seus membros.

Estiveram presentes: Ana Maria Amaral, Laurinda, Sílvia Alonso, Cristina Ocariz e todos os membros da CCG.

O primeiro aspecto que apareceu foi da origem deste movimento. Ana Maria contou que no final de 94 convidou algumas pessoas para conversar sobre a idéia de seminários do Departamento com o intuito de ampliar as perspectivas de "Formação Permanente". As pessoas acharam interessante a idéia, e neste 1. momento, a proposta que foi encaminhada foi a de Ana. Um grupo de nove pessoas, se reuniram ao longo de 2 anos com encontros quinzenais em torno da problemática clínica da Melancolia.

A partir desta realização, segundo relato de Cristina Ocariz, Laurinda, por exemplo, ficaram sabendo. Também é da mesma época a proposta de Alcimar, de um

seminário que se dispõe a trabalhar.

Neste início de ano temos novas propostas que, de um lado se organizam no movimento histórico do Departamento, movimento de abertura, digamos, e de outro guarda singularidades. Cada seminário tem traços, temas e também propostas diferentes.

Como todos devem ter acompanhado, chegaram as seguintes propostas de seminários:

Winnicott, com Laurinda; Sintoma, com Cristina Ocariz; Pensar a clínica, com Ana Amaral; Feminilidade, com Sílvia Alonso; Teoria do Caos, com Alcimar S. Lima

Também Mário Fucks vem trabalhando desde 96 na composição de um seminário, o qual foi chamado à coordenação.

Na reunião, cada um dos proponentes apresentou suas impressões sobre a questão. Ana já vem de uma experiência de dois anos, encerrada em 18/02/97 e os outros contaram sobre a procura pelo seminário, da parte organizacional, da grata surpresa de, em alguns casos, da possibilidade de só formarem até dois grupos, do mesmo tema, tal o interesse que despertaram tais seminários.

Falamos um pouco sobre os critérios que a CCG pensou num primeiro momento para dar início à discussão:

1- Local - qual a importância dos seminários ocorrerem no Sedes? Facilita uma certa familiarização dos membros? Facili-

ta encontros entre as pessoas? Institucionalmente é importante? É o conforto, um cafezinho, etc?

2- Valor - qual o valor adequado a ser cobrado? (pagamos porcentagem para o Departamento e também para o Sedes). O dinheiro é importante?

3 - qual a porcentagem adequada para o Departamento? Ou seria melhor uma taxa fixa? qual a quantia? Como este dinheiro poderia reverter em benefícios para o coletivo?

4- Os seminários poderiam estar abertos para pessoas não membros do Departamento? Em que proporção de vagas? Haveria algum privilégio para os membros?

5- Deveria haver algum contrato de produção destes grupos?

6- Quem vai cuidar desses novos movimentos de seminários no sentido de responder:

O que une estes grupos ao Departamento? O grupo de proponentes poderia se ocupar disto?

7- Compromisso de informe periódico.

8- Padronização da divulgação, (tamanho, formato e cor de um folder que identifique os "Seminários do Departamento".

Em torno destas questões e outras muito importantes, discutimos e o que segue é um resumo.

1- Das origens das idéias: duas questões fundamentais:

A primeira é que resgatamos a origem,

a qual está associada ao movimento do Departamento, traço comum à todas as propostas e fator de organização e aproximação das pessoas em torno dos "Seminários para formação permanente", esta idéia começou com; a primeira proposta de Ana Maria Amaral. De outro lado a proposta traz a singularidade de quem propõe.

2- Do local: A CCG sugere e aposta na importância dos seminários ocorrerem no Sedes, já, apesar do "**** institucionalista", Laurinda e Mário não fazem questão, pensam num certo conforto, Silvia propõe que seja no Sedes e Ana Maria faz questão de poder fazer em sua própria casa. Cristina não se importa de trabalhar no Sedes. Neste aspecto nada ficou decidido, com que pese forte tendência da CCG de indicar o Sedes como local.

3- Dos preços: Ficou claro que a questão dinheiro ocupou um lugar principal na discussão. Tanto de um ponto de vista de um passado onde "defendíamos o fazer em detrimento dos ganhos, dos valores". Hoje ele tem um outro estatuto - as coisas mudaram - todos temos que pensar nos ganhos. Neste aspecto havia consenso. Quanto também do dinheiro como algo que poderia marcar diferenças hierárquicas, em função de que o nome de quem oferece o seminário seria o grande mobilizador da sua procura e este fator, associado ao valor do

seminário reinvestiria o coordenador - tentou-se aqui, neste ponto, resgatar uma discussão quanto aos valores de salário muito baixo dos professores do curso.

A discussão também contemplou questões como os valores de referência que já estão instituídos pelo Setor Grupo de Estudos. De modo geral há semelhanças entre os proponentes quanto ao valor de R\$ 30,00 por pessoa, por encontro. Valor que referencia o grupo inicial de Ana Maria Amaral.

4- Do Boletim: Na discussão o boletim apareceu como o lugar já instituído para a divulgação dos eventos do Departamento. Aparece como órgão suficientemente capaz de fazer a ponte de ligação entre os membros do Departamento. "É só ficar esperando o Boletim para saber o que está acontecendo no Departamento".

5- Das Transferências: Esta foi a questão, ao meu ver, mais importante, não no sentido hierárquico em relação às outras questões, mas pelo movimento. Não estava no rol que, enquanto CCG, organizamos para a discussão, e também não apareceu especificamente na fala de nenhum dos proponentes. Ela apareceu no curso da discussão, transitou e se desenvolveu na direção de pontuar o seguinte: estes seminários parecem que marcam a presença de um outro campo; Campo onde as diferenças podem

circular - já não se trata da relação professor - aluno, são colegas que podem se reconhecer mutuamente - o mobilizador comum é o desejo de trabalho entre pares, não de iguais, mas identificados pela via da psicanálise, do trabalho, das questões temáticas.

6- Impressões: Me pareceu importante o lugar que a CCG ocupou no encaminhamento deste encontro com as pessoas que propuseram os seminários.

Mais do que legislar ou problematizar em cima do movimento das novas propostas, funcionou como continente para acolher o movimento. Escutou, pode trocar idéias, com as pessoas (não com os fantasmas do imaginário), pode sugerir, discutir questões muito importantes para todos.

É também podermos resgatar o lugar deste movimento dentro da história do Departamento, e não do imaginário.

Tudo começou em 94 num jantar, à convite de Ana Maria Amaral para pensar a idéia dos seminários de "formação permanente". Nesta época o Departamento estava às voltas com conflitos sérios em torno da circulação do poder, da pertinência, do reconhecimento é aqui não é o lugar mas sabemos das complexidades implicadas...

RÚBIA NASCIMENTO